

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

PATRÍCIA FAGUNDES GOMES

**ACESSIBILIDADE E LAZER: uma proposta de adequação para o Parque
Estadual da Guarita Torres - RS**

Sombrio (SC)

2018

PATRÍCIA FAGUNDES GOMES

ACESSIBILIDADE E LAZER: uma proposta de adequação para o Parque Estadual
da Guarita Torres - RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão de Turismo, no Curso de Tecnologia em
Gestão de Turismo, do Instituto Federal Catarinense
– Campus Avançado Sombrio.

Orientador: Prof. Msc. Bernardo Villanueva de
Castro Ramos

Coorientador: Prof. Dr. Gilnei Magnus dos Santos

Sombrio (SC)

2018

PATRÍCIA FAGUNDES GOMES

ACESSIBILIDADE E LAZER: uma proposta de adequação para o Parque Estadual
da Guarita Torres - RS

Esta Produção Técnica-Científica foi julgada adequada para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo e aprovada pelo Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio

Área de Concentração: Turismo

Sombrio, 07 de dezembro de 2018.

Prof. Msc. Bernardo Villanueva de Castro Ramos
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio
Orientador

Prof. Dr. Gilnei Magnus dos Santos
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio
Coorientador

Prof. Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio
Membro

Prof. Dr. Leila Maria Vasquez Beltrão
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio
Membro

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de Direito e que se fizerem necessários que assumo total responsabilidade pelo material aqui apresentado, isentando o Instituto Federal Catarinense, a Coordenação do Curso, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do aporte ideológico empregado ao mesmo.

Conforme estabelece Regimento Geral, que trata de improbidade na execução dos trabalhos escolares, estou ciente que poderei responder civil, criminalmente e/ou administrativamente, caso seja comprovado plágio integral ou parcial do trabalho.

Sombrio ____ de dezembro de 2018.

Nome e Assinatura do Acadêmico

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista às pessoas que lutam pela igualdade de todos, principalmente àqueles que acreditam, como eu, em um país mais inclusivo, onde todos possam desfrutar do espaço com autonomia e segurança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que esteve presente na minha vida, principalmente nas dificuldades ao longo desses três anos.

Aos meus pais, Rejane Fagundes Gomes e Mário Correia Gomes, que me ensinaram o valor das pequenas coisas, e que a dedicação e o estudo são o alicerce para construir uma trajetória de sucesso. Agradeço imensamente por tudo! Aos meus familiares e irmãos Mailon, Éliton, Mateus que sempre estiveram comigo e ajudaram em todos os momentos.

Aos meus amigos de longa data, Jardel, Paola, Magno que mesmo longe estavam presentes e me ajudaram a não desistir dos meus sonhos.

Aos meus colegas e amigos que fiz durante esses três anos de faculdade: Fabrine, Edinéia, Nice, Cláudia, Sinval, Gean, Janete e Gabriel, obrigado pela convivência e pelos momentos de felicidade!

Agradeço imensamente a professora Leila Maria Vasquez Beltrão, por proporcionar nesses três anos muito aprendizado e amizade no projeto de extensão.

Agradeço pelos ensinamentos, a todos os professores que passaram pelo curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, representados pelo meu orientador Bernardo Villanueva de Castro Ramos, muito obrigada!

EPÍGRAFE

“Quando penso que cheguei ao meu limite
descubro que tenho forças para ir além”.

Ayrton Senna

RESUMO

O turismo desempenha papel importante na sociedade e visa inter-relações socioculturais entre morador e turista. Portanto, é necessário uma sociedade mais igualitária e acessível para que todos possam usufruir do espaço com autonomia e segurança, levando em consideração que o Brasil possui em torno de 46 milhões de pessoas com deficiência. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi averiguar a existência de acessibilidade no Parque Estadual da Guarita em Torres (RS), para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Como objetivos específicos constam verificar a existência de acessibilidade na infraestrutura em análise, apresentar experiências positivas ou negativas vividas por essas pessoas, verificar se os profissionais têm treinamento em assuntos de acessibilidade e propor sugestões de melhorias. A metodologia utilizada para pesquisa tem abordagem qualitativa e método descritivo. Para verificar a acessibilidade foi utilizado o roteiro de inspeção proposto pelo Ministério do Turismo como base, incluindo registro fotográfico e fita métrica para medição. Além disso, foram realizadas entrevistas estruturadas com pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida nos obstáculos enfrentados por estes. Foi observado que o Parque da Guarita possui alguns elementos na questão de acessibilidade, porém não é o suficiente para atender plenamente os moradores e turistas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Parque Estadual da Guarita, Turismo, Áreas naturais, Geoparque.

ABSTRACT

Tourism plays an important role in society and aims at sociocultural interrelations between residents and tourists. Therefore, a more egalitarian and accessible society is needed so that everyone can enjoy space with autonomy and security, taking into consideration that Brazil has around 46 million people with disabilities. Thus the objective of this research was to investigate the existence of accessibility in the Parque Estadual da Guarita in Torres (RS), for people with disabilities and / or reduced mobility. Specific objectives are to verify the existence of accessibility in existing infrastructure, to present positive or negative experiences experienced by these people, to verify if professionals have training in accessibility issues and to propose suggestions for improvements. The methodology used for research has a qualitative approach and a descriptive method. To verify accessibility, the inspection roadmap proposed by the Ministry of Tourism was used as the basis, including photographic records and measuring tape. In addition, structured interviews were conducted with people with disabilities and/or reduced mobility on the obstacles they faced. It was observed that the Parque Estadual da Guarita has some elements in the issue of accessibility, but it is not enough to fully serve the residents and tourists.

KeyWords: Accessibility, Parque Estadual da Guarita, Tourism, Natural Areas, Geopark.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul	20
Figura 2 - Organograma do Consórcio	21
Figura 3 - Estrutura física externa da Secretaria de Turismo	22
Figura 4 - <i>Layout</i> da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.....	22
Figura 5 - Organograma da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte	24
Figura 6 - Foto da área comprometida no 3º andar	26
Figura 7 - Vista aérea do Parque Estadual da Guarita em 2000	41
Figura 8 - Trilhas do Parque	42
Figura 9 - Mapa do Parque Estadual Lutzenberger	46
Figura 10 - Calçada lateral e entrada do Parque.....	47
Figura 11 - Recepção e Projeto do pórtico novo do Parque	47
Figura 12 - Estrada de acesso para automóveis e estacionamento reservado	48
Figura 13 - Rampas de acesso da lanchonete	49
Figura 14 - Pista para bicicletas e caminhada	49
Figura 15 - Acesso da ponte da estrada até a pista de caminhada e bicicleta	50
Figura 16 - Banheiro Feminino e lavatório.....	51
Figura 17 - Lavatório adequado para pessoas com deficiência.....	52
Figura 18 - Caminho até a praia	53
Figura 19 - Espaço de Evento	54
Figura 20 - Escadas (trilha)	54
Figura 21 - Rampa de acesso	55
Figura 22 - Banheiro Coletivo	60
Figura 23 - Mapa com sugestão dos caminhos até a praia	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de funcionários das Secretarias de Turismo e de Cultura e Esporte, segundo o tipo de cargo.....	24
Quadro 2 - Terminologias sobre a Deficiência.....	32
Quadro 5 - Definições relacionados a espaços acessíveis	36
Quadro 6 - Áreas Naturais com acessibilidade.....	39
Quadro 7 - Relação das pessoas entrevistadas	44
Quadro 8 - Síntese dos itens verificados no <i>checklist</i>	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de deficiência, IBGE 2010.....	35
Tabela 2 - Grau Severo das Deficiências	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	15
2 OBJETIVOS	17
2.1 OBJETIVO GERAL	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	18
4 ESTÁGIO	19
4.1 DADOS DA EMPRESA	19
4.2 HISTÓRICO DA EMPRESA	20
4.3 ESTRUTURA FÍSICA DA EMPRESA.....	21
4.4 SETORES DA EMPRESA.....	23
4.5 SETORES ESTAGIADOS NA EMPRESA.....	25
4.6 ASPECTOS POSITIVOS, LIMITANTES E CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS..	26
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
5.1 TURISMO E LAZER.....	28
5.2 TURISMO ACESSÍVEL E INCLUSÃO	30
5.3 DEFICIÊNCIA E OS TERMOS EMPREGADOS AO LONGO DO TEMPO	32
5.4 LEGISLAÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA, NORMATIZAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E A ACESSIBILIDADE EM ÁREAS NATURAIS	33
5.5 DESENVOLVIMENTO DE TORRES E O SURGIMENTO DO PARQUE DA GUARITA	39
6 METODOLOGIA	43
7 PESQUISA	46
8 SUGESTÕES DE MELHORIAS NO PARQUE ESTADUAL DA GUARITA	59
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE	68
ANEXOS	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano

GCCS - Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

SIA - Símbolo Internacional de Acesso

UNESCO - Organização das Nações Unidas

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os países vêm se preocupando cada vez mais com o desenvolvimento sustentável, atrelado à valorização da geodiversidade e também contemplando a preservação e conservação dos patrimônios geológicos, que até então não eram mencionados, principalmente no Brasil. No ano de 1996, surge o termo Geoparque no 30º Congresso¹ Internacional em Pequim, com o objetivo de proteção e promoção do patrimônio geológico no desenvolvimento socioeconômico local.

Segundo a UNESCO² Geoparque é uma área delimitada com grande relevância geológica, arqueológica e paleontológica, organizado no tripé: Geoconservação, Geoeducação e Geoturismo no desenvolvimento socioeconômico da população envolvida (UNESCO, 2014).

Em 2015, havia 111 Geoparques Globais, dentre esses o Brasil possui o Geoparque Araripe no Ceará, criado em 2006, com selo da UNESCO. Atualmente existem 38 projetos a candidatura no Brasil, um deles é o projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (GCCS), criado em 2007, constituído por quatro municípios em Santa Catarina e três no Rio Grande do Sul (LIMA; VARGAS, 2018). O projeto GCCS possui 2.830 Km², composto por 12 geossítios³ inventariados pela empresa CPRM em 2011, classificados em relevância regional e internacional, dentre os quais destaca-se o Geossítio Parque da Guarita em Torres/RS de relevância internacional (GODOY; BINOTTO; WILDNER, 2011). O projeto GCCS inventariou mais vinte e três geossítios e cinco mirantes no estado de Santa Catarina pela empresa Geodiversidade em 2018 (LIMA; VARGAS, 2018).

O Parque Estadual da Guarita, que abriga o geossítio, não se caracteriza como unidade de conservação pela Lei Federal 9.985/2000, que normatiza a implantação e gestão das unidades de conservação e sim um parque estadual turístico, administrado pela Prefeitura de Torres (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Para tanto, foi realizado o estágio pelo Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul na Secretaria de Turismo de Torres, para averiguar se o Parque Estadual da Guarita dispõe de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade

¹ 30º Congresso de Geologia em Pequim China.

² Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

³ São sítios geológicos de grande relevância científica educativa e potencial turístico.

reduzida. O turismo em áreas naturais vem crescendo nos últimos anos, na busca da contemplação e interpretação dos processos da natureza, como também o turismo acessível, este adaptando o máximo possível à acessibilidade nos variados segmentos existentes, com mínima interferência no meio ambiente, para todas as pessoas com ou sem deficiência poderem desfrutar do espaço com autonomia e segurança. Assim, foram realizadas visitas de observação e entrevistas com moradores com deficiência e mobilidade reduzida e com um turista, para conhecer a realidade atual do local e propor melhorias que atendam a todos os cidadãos sem prejudicar a natureza.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O turismo tem grande relevância na sociedade e visa inter-relações socioculturais entre morador e turista, e propicia ao ser humano o experienciar, vivenciar e o conviver em espaços diferentes do habitual na busca “do bem-estar” (GASTAL; MOESCH, 2007). Assim é necessário que as cidades sejam pensadas em suas peculiaridades, e conjuntamente com a comunidade, setor público e privado na democratização de espaços públicos e na qualidade de vida, pois só assim irá satisfazer o morador e o turista na sua amplitude (GASTAL; MOESCH, 2007).

Além desse fator, o turismo é um grande aliado para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois possibilita o crescimento na geração de empregos, renda e investimentos em diversos setores ligados direta ou indiretamente a ele (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o Plano Nacional do Turismo 2018-2022 (BRASIL, 2018) tem como uma das principais estratégias aumentar o turismo no Brasil e melhorar a infraestrutura turística de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, desde a sinalização e adaptação dos equipamentos, para que haja a inclusão e acessibilidade desse público para usufruírem do espaço com autonomia.

Levando em consideração que o Brasil possui em torno de 46 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2010), a acessibilidade deve ser um direito do cidadão e, quando relacionado ao turismo, deve universalizar a experiência nos atrativos e equipamentos turísticos.

Sasaki (2010), afirma que a sociedade será inclusiva só quando for pensada e planejada para todas as pessoas com ou sem deficiência, visando eliminar as

barreiras arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática existentes nos ambientes de recreação, lazer e turismo.

Com isso, criou-se o Programa Turismo Acessível pelo Ministério do Turismo em conjunto com as leis já existentes sobre acessibilidade para pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida visando eliminar as barreiras existentes, na busca de promover a acessibilidade e garantir a “possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico” (BRASIL, 2009, p. 27).

A cidade litorânea de Torres, no Rio Grande do Sul, atrai um número expressivo de turistas, conquistados pelas belezas naturais da cidade, fomentando a economia do local (BASSA, 2016), sendo o Parque Estadual da Guarita, um dos principais atrativos turísticos de grande relevância geológica, constatada pelo inventário da empresa CPRM em 2011, a partir da perspectiva da candidatura a Geoparque. Portanto, a presente pesquisa norteia-se pela seguinte problemática: há acessibilidade no Parque Estadual da Guarita? A infraestrutura do Parque da Guarita proporciona acessibilidade?

2 OBJETIVOS

Apresenta-se neste item a interação entre objetivo geral e objetivos específicos para o desenvolvimento deste estudo.

2.1 OBJETIVO GERAL

Averiguar se o Parque Estadual José Lutzenberger, Parque da Guarita, em Torres no Rio Grande do Sul, possui acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reunir informações sobre aspectos relacionados à acessibilidade, deficiência e inclusão social em áreas naturais;
- Verificar a existência de acessibilidade do Parque da Guarita;
- Apresentar experiências dentro do Parque da Guarita, tanto positivas, quanto negativas, vividas por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Verificar se os profissionais do Parque da Guarita possuem cursos de capacitação no atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Propor sugestões de melhorias para acessibilidade no Parque Estadual da Guarita.

3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Neste capítulo, objetiva-se explicar, de forma sucinta, os conteúdos que foram trabalhados ao longo do presente estudo.

No capítulo um, apresenta-se a introdução, onde foram descritas as primeiras abordagens sobre o tema e problema.

No capítulo dois apresenta-se o objetivo geral e específico na questão de acessibilidade no Parque Estadual da Guarita.

No capítulo quatro, apresenta-se a descrição do estágio no Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions Sul na Secretaria de Turismo em Torres, Rio Grande do Sul. Apresenta-se neste capítulo informações sobre a empresa, estrutura física, aspectos percebidos durante o estágio de 300 horas.

A fundamentação teórica apresenta-se no capítulo cinco. Ressalta-se que o referencial teórico aborda assuntos referentes a turismo, turismo acessível, inclusão, deficiência e leis acerca da acessibilidade.

No capítulo seis, expõem-se informações referentes à metodologia e às técnicas utilizadas para elaboração do presente estudo. Para isso, fez-se uso dos estudos de autores como: Gressler (2007), Dencker (2007), Marconi e Lakatos (2012).

No capítulo sete, apresenta-se a análise dos dados pelo método observacional aplicado no Parque Estadual da Guarita, conjuntamente com entrevistas sobre a percepção de acessibilidade com cinco moradores com deficiência e mobilidade reduzida e com um turista.

No capítulo oito, expõem-se sugestões de melhorias ao Parque Estadual da Guarita com base nas observações e percepções dos entrevistados na questão de acessibilidade e na possível eliminação das barreiras existentes.

No último capítulo estão as considerações finais, onde a autora dispõe das limitações da pesquisa, bem como uma proposta de continuação da mesma, para melhor atender aos munícipes e turistas.

4 ESTÁGIO

A atividade prática no estágio traz grandes possibilidades para o acadêmico, e propicia conhecimento mais claro entre as teorias estudadas em sala de aula. Esse contato entre acadêmico e empresa é uma forma de atrelar conhecimentos.

O estágio foi realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul, tendo as atividades desenvolvidas nas dependências da Secretaria de Turismo de Torres, no período de 02 de agosto a 15 de outubro de 2018, totalizando 300 horas de estágio. Este período foi de grande importância para a acadêmica vivenciar como funciona a administração do Parque Estadual José Lutzenberger, realizada pela Secretaria de Turismo, fornecendo subsídios para que o projeto de conclusão do curso fosse desenvolvido.

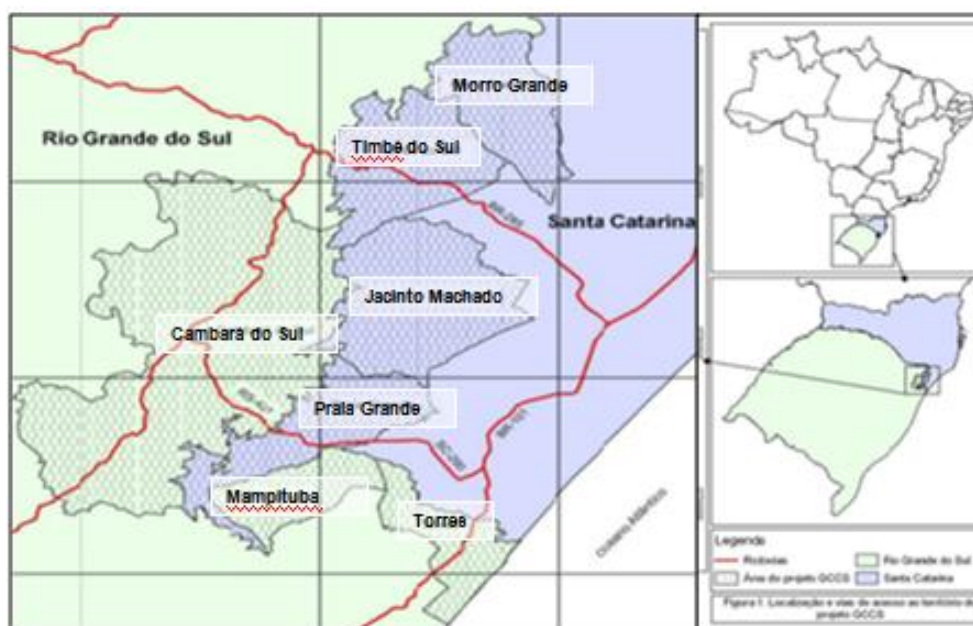
4.1 DADOS DA EMPRESA

- Razão Social: Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul – SC e RS
- Endereço: Rua Irineu Bornhausen, 320, Centro, Praia Grande/SC.
- CNPJ: 27.724.407/0001-18
- Municípios Integrantes: Mampituba, Cambará do Sul e Torres no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande.
- Telefone: (51) 3626-9150 ramal 702
- Setor estagiado: Secretaria Municipal de Turismo de Torres (RS).
- Endereço: Rua Júlio de Castilhos, 707, Centro.
- Supervisor (a) de Estágio: Maria do Carmo Conforti Rodrigues
- Área de atuação: Turismo
- Período de realização do estágio: 02 de agosto a 15 de outubro de 2018.
- Duração (horas): 300 horas

4.2 HISTÓRICO DA EMPRESA

O Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul é uma associação sem fins lucrativos, que foi criado em abril de 2017, pelos municípios de Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul, Morro Grande, em Santa Catarina, Cambará do Sul, Mampituba e Torres no Rio Grande do Sul (figura 1), (LIMA; VARGAS, 2018).

Figura 1 - Localização do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul



Fonte: LIMA; VARGAS, 2018.

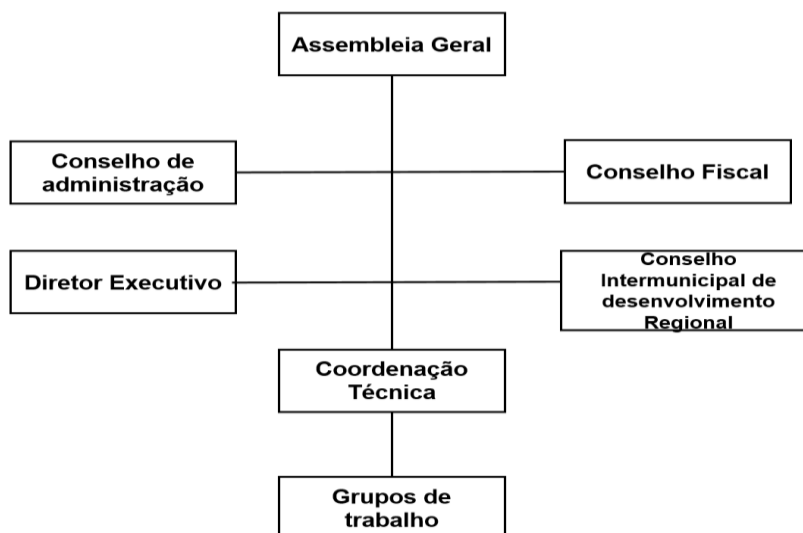
Estas cidades, que fazem parte do processo à candidatura do Projeto Geoparque, buscam o desenvolvimento da região de forma integrada. Para tanto os objetivos da candidatura no Art. 1º, parágrafo 2º do Estatuto visam:

- I – Propiciar o desenvolvimento integrado e sustentável no território de abrangência do Consórcio;
- II – Planejar e fomentar ações nas áreas de turismo, meio ambiente, agricultura, educação, saneamento, tecnologia, biotecnologia, habitação, cultura, infraestrutura, recursos humanos, gestão e proteção do patrimônio natural [...], arqueológico, paisagístico, cultural, histórico, artístico, urbanístico e paisagístico;
- III – promover formas articuladas de planejamento, executar ações e atividades de interesse comum que tenham finalidades voltadas ao desenvolvimento econômico, político e social sustentável dos municípios membros [...]. (ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL, 2017).

O Consórcio tem sede na cidade de Praia Grande (SC) e visa normatizar e auxiliar os membros do Consórcio público, possuindo na sua organização

administrativa a Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Coordenação técnica, grupos de trabalhos e Conselho Intermunicipal de Desenvolvimento Regional. Confira o organograma (figura 2) da associação.

Figura 2 - Organograma do Consórcio



Fonte: Consórcio Intermunicipal, 2017.

Estes, conforme previsto no Estatuto, estão desenvolvendo várias ações para o desenvolvimento integrado e sustentável no território de abrangência dos sete municípios participantes, para que a candidatura do Geoparque se torne realidade. Portanto a acadêmica optou em fazer estágio na Secretaria de Turismo de Torres.

Torres é um município do Rio Grande do Sul que está localizado no litoral norte, mais precisamente nas coordenadas geográficas: latitude 29° 19' 27" Sul e longitude 49° 45' 28" Oeste (BRASIL, 2016). Os municípios limítrofes são Passo de Torres em Santa Catarina e Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Três Cachoeiras e Arroio do Sal no Rio Grande do Sul. Possui área de 162, 28 Km², distante da capital Porto Alegre a 162 Km, com população estimada de 37.576 habitantes em 2017 (IBGE, 2018).

4.3 ESTRUTURA FÍSICA DA EMPRESA

A estrutura física da Secretaria de Turismo está estabelecida no antigo prédio da Prefeitura de Torres, construído em 1951, por Severiano Rodrigues da Silva. Ali também funciona a Secretaria de Cultura e Esporte e o museu Histórico,

Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico de Torres. O prédio possui três andares divididos em subsolo, térreo e segundo andar (figura 3).

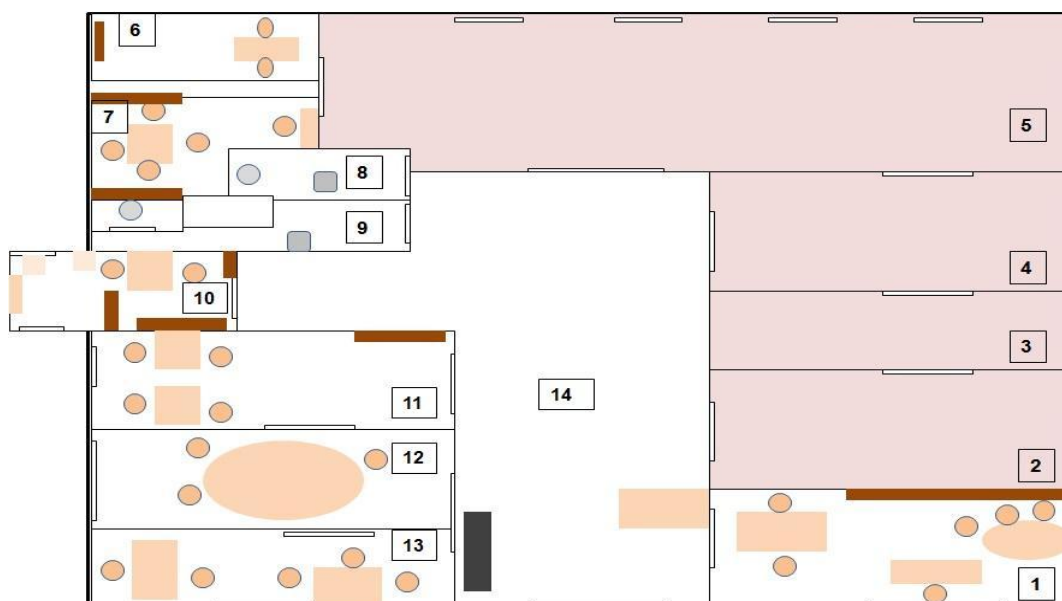
Figura 3 - Estrutura física externa da Secretaria de Turismo



Fonte: A autora, 2018.

No subsolo funcionam duas salas, uma cedida para o clube de mães para fazerem oficinas uma vez por semana e na outra funciona a Diretoria de Esporte. Já o segundo andar, possui a sala de som, sala de reserva técnica do museu e depósitos variados. E o andar térreo, conforme o *layout* (figura 04) está dividido em quatorze áreas:

Figura 4 - *Layout* da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte



Fonte: A autora, 2018.

- A área 1 trata-se da sala do secretário de Turismo, Cultura e Esporte e de sua assistente. Nesta sala estão dispostas três mesas, seis cadeiras e um armário;
- Áreas 2, 3, 4, 5 e corredor 14: locais onde funciona o Museu Histórico, Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico de Torres, constam itens como: Vestígios dos Sambaquis, fotos do século XIX e XX, objetos das casas, objetos das primeiras profissões estabelecidas em Torres, maquetes do Forte e da Igreja São Domingos e reprodução em escala reduzida dos primeiros modelos dirigíveis (balão de ar);
- Na área 6 é a sala da Diretoria de Cultura e assessor. Contém duas mesas, duas cadeiras, dois computadores e uma mesa com impressora;
- Sala 7, ficam os estagiários. Contém dois armários, duas mesas e cinco cadeiras. Este local é onde a acadêmica permaneceu no estágio;
- Nas áreas 8 e 9, são os banheiros masculinos e femininos respectivamente. Estes não possuem nenhuma acessibilidade para cadeirante;
- Na área 10, é a cozinha que possui geladeira, fogão, pia, micro-ondas, três armários, uma mesa e três cadeiras. O ambiente é utilizado pelos funcionários para lanches ou na hora do almoço quando necessitam;
- Na sala 11, atuam a Diretoria de Turismo e a Diretoria de Eventos. O ambiente contém duas mesas, quatro cadeiras, dois computadores e um armário;
- Na sala 12, permanecem os agentes administrativos. O ambiente contém quatro mesas juntas, quatro cadeiras, dois armários, um computador e uma impressora.
- Na sala 13, está a diretoria da Juventude. Este ambiente contém duas mesas, quatro cadeiras e um computador.

4.4 SETORES DA EMPRESA

A Secretaria de Turismo e a Secretaria de Cultura e Esporte são pastas administrativas autônomas, porém realizam atividades integradas. O responsável por ambas no período de estágio era o Turismólogo Alexandre Porcatt.

O quadro de funcionários, segundo a Lei Municipal Complementar 68/2016 Art. 1º são compostos por “cargos de provimento efetivo ou cargos em comissão e funções gratificadas”, além de serviços terceirizados (TORRES, 2016). O quadro 1

sintetiza a quantidade de funcionários que trabalham nas Secretarias e no Parque da Guarita, conforme disposto pela administração.

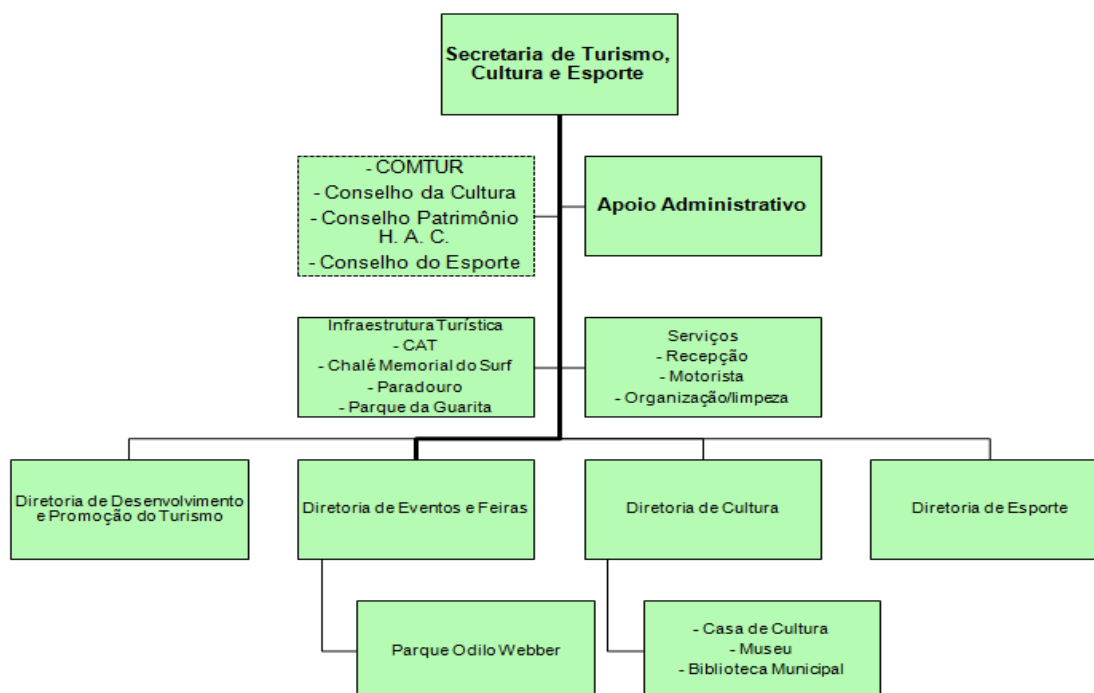
Quadro 1 - Número de funcionários das Secretarias de Turismo e de Cultura e Esporte, segundo o tipo de cargo

Tipos de cargos	Quantidade
Provimento Efetivo	13
Cargos em Comissão e funções gratificadas	9
Terceirizados	7

Fonte: A autora, 2018.

Os funcionários de cargo de provimento efetivo trabalham há mais de 10 anos na prefeitura de Torres, e os de comissão gratificada trabalham há cerca de dois anos. Dos servidores terceirizados, cinco trabalham no Parque Estadual da Guarita e dois na Secretaria de Turismo. Para melhor entendimento, foi realizado o organograma das funções da Secretaria de Turismo e Secretaria de Cultura e Esporte, utilizado pela prefeitura.

Figura 5 - Organograma da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte



Fonte: Prefeitura de Torres, 2018.

- Como citado anteriormente, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Cultura e Esporte, trabalham juntas. Conforme a Lei Municipal 4.597 de 2013 a Secretaria de Turismo é o órgão responsável em desenvolver políticas para o fomento da atividade turística, além da organização de eventos e feiras. Já a Secretaria de Cultura e Esporte é o órgão responsável por formular políticas públicas relacionadas à cultura e esporte (TORRES, 2013);
- Os conselhos Municipais de Turismo, da Cultura, Patrimônio Histórico Artístico Cultural e do Esporte integram a organização administrativa como “órgãos de cooperação e assessoramento ao prefeito”, e estão vinculados às duas secretarias competentes (TORRES, 2013).
- Apoio administrativo, serviços de recepção, limpeza e motorista são funções responsáveis pela integração e colaboração entre as diretorias que compõem a secretaria;
- São ferramentas de Infraestrutura Turística: Centro de Atendimento ao Turista (CAT), Chalé Memorial do Surf, Paradoiro e Parque da Guarita. Elas são instalações de apoio ao bom funcionamento do Turismo em Torres;
- Diretoria de Desenvolvimento e Promoção do Turismo é responsável pelo planejamento, organização e execução de ações voltadas ao Turismo, além de administrar o Parque da Guarita;
- Diretoria de eventos e feiras é responsável pelo planejamento e execução de eventos institucionais, festas e eventos comemorativos do calendário municipal, além de administrar o Parque Municipal Odilo Webber Rodrigues;
- Diretoria da Cultura é responsável pela estruturação e disposição do acervo da casa da cultura, museu e biblioteca municipal, além da organização de eventos relacionados à cultura da cidade;
- Diretoria de Esporte é responsável por fomentar, organizar e realizar ações voltadas à prática esportiva e recreativa.

4.5 SETORES ESTAGIADOS NA EMPRESA

A acadêmica ficou alocada no Departamento de Turismo, onde foram realizadas atividades orientadas pela supervisora Maria do Carmo Conforti, como:

- Atendimento do telefone e anotação de recados.

- Participação na organização de eventos em Torres voltados para a divulgação da candidatura do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.
- Auxílio na organização de arquivos do Museu Histórico, Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico de Torres e do Parque Estadual da Guarita.
- Ouvinte de reuniões relacionadas ao projeto Geoparque. A autora também fez visitas ao Parque Estadual da Guarita e aplicou o *checklist* de observação da acessibilidade, bem como realizou entrevistas com moradores com deficiência e mobilidade reduzida.

4.6 ASPECTOS POSITIVOS, LIMITANTES E CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

Nos aspectos positivos destacam-se: o acesso às informações para o desenvolvimento do trabalho, possibilidade de participação de reuniões como ouvinte para melhor entendimento do processo; participação de eventos na divulgação do projeto Geoparque, com atendimento direto ao público; disponibilidade de uma sala com acesso à internet para realização do projeto e estágio; funcionários acessíveis no fornecimento de informações para o desenvolvimento do projeto.

Nos aspectos limitantes, salienta-se a estrutura física, pois o prédio que sedia a Secretaria necessita de restauração urgente. Sua situação atual apresenta insegurança estrutural, com possibilidades de desabamento (figura 6). Como no local também funciona um museu, que é visitado pelos munícipes e turistas, a estrutura comprometida coloca em risco os funcionários e visitantes.

Figura 6 - Foto da área comprometida no 3º andar



Fonte: A autora, 2018.

Os conhecimentos adquiridos no estágio foram de grande relevância para a acadêmica, no que diz respeito à aplicação prática dos conteúdos teóricos aprendidos em sala de aula, sobretudo das disciplinas de Planejamento e Organização de Turismo I e II, Gestão de Pessoas, Lazer e Entretenimento, etc.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados conceitos importantes para o desenvolvimento do presente estudo. Considera-se que a proposta de ação tem ênfase na discussão sobre os conceitos de Turismo Acessível, deficiência e adaptação de espaços públicos para acessibilidade dos cidadãos, em especial os turistas. Incluirá ainda a descrição do local de realização da proposta de ação: o Parque Estadual José Lutzenberger.

5.1 TURISMO E LAZER

A definição de turismo varia conforme o autor, bem como em relação à época em que foi desenvolvido, além da filiação teórica dos diversos autores. Assim, há vários significados sobre a concepção desse fenômeno. Segundo Barreto (2001, p. 9) a primeira definição do conceito turismo surgiu em 1911 pelo economista austríaco Hermann von Schullern zu Shattenhoffen. Para esse autor, o turismo “[...] compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. No entanto De La Torre (1992 p. 19) define que o turismo é um fenômeno social que:

[...] consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas [...] por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, que saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (LA TORRE 1992 p. 19).

O autor define que o turismo é uma atividade de cunho social e visa relações de importância sociocultural e socioeconômica. Trigo (2009, p. 13) complementa ao expor o turismo como uma “atividade econômica, cultural e social que surgiu no século XIX, no contexto da Revolução Industrial”. Partindo deste pressuposto Trigo afirma que o turismo parte de um universo maior denominado lazer, prática que teve crescimento após a segunda Guerra Mundial com a conquista dos direitos do tempo livre, oriundo das lutas trabalhistas, sendo uma conquista fundamental para a população.

A partir desse momento histórico o turismo e as viagens começam a se desenvolver enquanto “objeto de consumo do ser humano contemporâneo” (TRIGO, 2009, p. 23). Embora se tenha evoluído nesse sentido, ainda observa-se que, nem todos os brasileiros têm possibilidade de acesso ao turismo e ao lazer de qualidade, este fato ocorre por não existir uma distribuição de renda justa somada ao fato que o “empresariado prefere vender produtos caros e com alta margem de lucro a produtos mais baratos, com os quais obteriam ganhos pela quantidade vendida” (TRIGO, 2009, p.62). Ainda para o mesmo autor o turismo e o lazer são viáveis e tem grande importância sociopolítica, desde que os empresários mudem a mentalidade e as atitudes, isso aliado à uma melhor distribuição de renda para população, permitindo acesso a determinados bens e serviços. Enquanto isso, em países subdesenvolvidos como o Brasil, ainda permanecem sendo uma utopia.

Já as autoras Gastal e Moesch em seu livro Turismo, Políticas públicas e Cidadania (2007), defendem um ponto de vista mais amplo no qual o turismo não precisa ser praticado em lugares longe do cotidiano, mas sim fora da rotina de trabalho/casa/estudo, para que ocorra um sentimento de pertencimento pela cidade. Elas apresentam uma nova perspectiva para conceitos clássicos como turista e excursionista, bem como entre turismo e lazer. Assim elas defendem:

As pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, fazem parte dos fluxos que percorrem esses espaços. Colocar os moradores das cidades em movimento - assumindo sua condição de fluxos - para fora de suas práticas rotineiras será uma prática a ser incentivada, num mundo marcado pelos novos modismos. Este movimento irá transformar as pessoas em turistas, que irão, no deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações, num novo exercício de cidadania (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 59-60).

Conforme as autoras, o turismo cidadão seria uma forma mais ampla do lazer praticado dentro da própria cidade, acessível a um maior número de pessoas. Elas defendem a busca da valorização dos espaços urbanos por completo, bem como ressaltam a necessidade de um planejamento participativo entre comunidade, setores públicos e privados, para beneficiar o bem comum.

Desta forma, o turismo e o lazer estão relacionados entre si, pois são aspectos importantes para a qualidade de vida do cidadão, assim como o turismo pode ser considerado uma forma de lazer. Conforme Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010 p. 37) há uma discussão ampla sobre o assunto, pois:

O campo do lazer costuma observar o turismo como um dos seus conteúdos, enfatizando esse objeto de estudo em uma relação mais social, fundamentado nas ciências sociais. Já o campo do turismo, usualmente, identifica o lazer como um de seus segmentos [...] (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010 p. 37).

Assim, uma área abrange a outra no seu campo de estudo e ambas se complementam entre si para proporcionar o bem-estar nas atividades cotidianas do ser humano entre trabalho e descanso. Portanto, o presente estudo concorda com a visão mais ampla de Turismo e lazer, proposto pelas autoras Gastal e Moech (2007), ao qual consideram o morador como turista cidadão.

5.2 TURISMO ACESSÍVEL E INCLUSÃO

O turismo acessível, turismo social, *Tourism for all* ou turismo de inclusão, é o processo de inclusão de todas as pessoas aos atrativos turísticos visando o bem comum da população. Ele tem por objetivo tornar esses locais acessíveis para que todos os tipos de público, com ou sem deficiência, possam usufruí-lo (DEVILE, 2009).

Conforme o Ministério do Turismo (MTUR), o turismo social é a “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2014 p.6). O Brasil é recente no movimento de inclusão social, principalmente quando relacionado ao turismo e surge no contexto das lutas pelos direitos das pessoas com deficiência no final dos anos de 1980 (SASSAKI, 2010).

Para Sasaki (2010) a inclusão social é a aceitação da sociedade, principalmente relacionada às diferenças individuais e valorização do ser humano, sem discriminação. Este processo contribui para:

Construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência (SASSAKI, 2010 p. 40).

São as transformações pequenas e grandes dos espaços físicos que vão mudando a mentalidade da sociedade e das pessoas com deficiência, ou seja, em um processo bilateral que um modifica o outro, somado aos direitos da pessoa com

deficiência de frequentar o mesmo espaço, e este deve estar adaptado para que todos possam usufruir com qualidade e de maneira mais igualitária.

Os Planos Nacionais de Turismo foram criados para estabelecer diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do turismo. Dentre as estratégias dos planos de 2007-2010, 2013-2016, 2018-2022, foram estabelecidas ações de adequação e estruturação da infraestrutura e dos atrativos turísticos públicos em relação a acessibilidade, de acordo com as legislações vigentes. A adaptação desses espaços visa “[...] promover condições para visitação aos atrativos turísticos com segurança e autonomia por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de modo a universalizar a experiência turística” (BRASIL, 2018 p.100). Além disso, outra ação do Ministério do Turismo foi a criação do programa Turismo Acessível no ano de 2014, que teve como objetivo realizar ações que promovam a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida “à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia” (BRASIL, 2014 p. 11).

A inclusão social é um tema discutido em diversas esferas da sociedade e visa à integração do indivíduo sem discriminação de gênero, raça ou deficiência no âmbito da saúde, educação e lazer, para que tenha os mesmos direitos equiparados em relação à questão arquitetônica, atitudinal ou comunicacional, ou seja, tratar as diferenças de cada indivíduo de forma igualitária e transformando os ambientes acessíveis e inclusivos (SASSAKI, 2010).

Para Almeida e Kushano a inclusão social em seu processo mais amplo é definida como a:

Convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tido como supostamente iguais. A sociedade se prepara e se modifica para receber a diferença, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura) (ALMEIDA; KUSHANO, 2008 p.89).

Para que ocorra a inclusão desses cidadãos ainda tidos como “diferentes” por parcelas da sociedade, foram criadas várias leis e decretos para proteger e assegurar os direitos à igualdade. Como exemplo maior, a Constituição Federal de 1988 tem entre seus objetivos fundamentais construir uma sociedade igualitária, justa e solidária, que vise à inclusão social e do bem-estar coletivo e individual (BRASIL, 1988). Logo, verifica-se que a Carta Régia pressupõe o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, onde todas as pessoas sejam reconhecidas como

cidadãos, com mesmos direitos e deveres. Mas se do ponto de vista legal há amparo para as ações de inclusão e de promoção da igualdade, na prática tais pressupostos ainda dependem de luta e conscientização social, em especial para os deficientes.

5.3 DEFICIÊNCIA E OS TERMOS EMPREGADOS AO LONGO DO TEMPO

As terminologias sobre deficiência variam conforme o espaço e tempo, tendo em vista o contexto histórico, não só no Brasil, como no mundo. Conforme Sasaki (2003, p. 1) “jamais houve ou haverá um termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente”, pois a cada época os valores da sociedade mudam o que faz com que, evoluem as terminologias, entre elas as que referem-se à deficiência. Para melhor entendimento foi realizado um quadro com as terminologias utilizadas através dos séculos.

Quadro 2 - Terminologias sobre a Deficiência

(contínua)

ÉPOCA	FONTE	TERMOS	SIGNIFICADOS
Depois de Cristo até início do séc. XIX	Bíblia, Romances, instituições, leis, etc.	Invalído	Indivíduo sem valor
Séc. XX a 1950	revistas, jornais. Principalmente depois da I e II Guerra Mundial	Incapacitados	termo que significava “indivíduos sem capacidade” evoluindo depois para “indivíduos com capacidade residual”
De 1950 a 1980	No Brasil, a fundação de duas associações na década de 1950: Assistência da Criança Defeituosa – AACD (atualmente denominada Associação de Assistência à Crianças com Deficiência)	Defeituoso	termo que significava “indivíduo com deformidade” (principalmente física).
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Deficiente	termo que significa indivíduo com deficiência (física, mental, auditiva, visual ou múltipla).
		Excepcionais	termo que significava “indivíduo com deficiência mental”
De 1981 a 1987	Em 1981 foi o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” criado pela Organização das Nações Unidas (ONU).	Pessoas Deficientes	pela 1ª vez no mundo o termo foi utilizado atribuindo valor a pessoa igualando em direitos e dignidade por membros de qualquer sociedade
De 1988 a 1993	Algumas Organizações de pessoas com deficiência, contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que era pejorativo e dava a ideia que a pessoa inteira era deficiente	Pessoa Portadora de Deficiência	termo que passou a ser adotado na constituição federal, e em todas as leis e políticas pertinente para substituir o termo “pessoa deficiente”.

(conclusão)

ÉPOCA	FONTE	TERMOS	SIGNIFICADOS
De 1990 até 2002	Revista Especializada em deficiência escrita por Frei Betto	Pessoas com necessidades especiais Portadores de necessidades especiais Pessoas Especiais Portadores de Direitos Especiais	termo utilizado para substituir a palavra “deficiência”. Mais tarde surge o termo Portadores de necessidade especiais e com a redução deste termo para Pessoas Especiais, e em 2002 passou a ser utilizado Portadores de Direitos Especiais.

Fonte: Adaptado de Sasaki (2003), 2018.

Como visto no quadro 2, por vários séculos, as pessoas com deficiência foram chamadas por diversos termos. Outro fator a ser salientado é que a sociedade considerava estas pessoas como incapazes para a família, visto como castigo divino em consequência do pecado, de acordo com relatos encontrados em vários versículos da Bíblia (ROSA, 2007). Outro termo que aparece no quadro 2, que caiu em desuso por ser inadequado, é o termo portador de deficiência ou portador de necessidades especiais. Conforme Serpa (2009, p. 22) esse termo “sugere que alguém porta algo tem a opção de não mais portar, o que não é o caso das pessoas com deficiência”. Atualmente a denominação mais adequada é pessoas com deficiência, pois valoriza a pessoa, “destacando que a deficiência é um detalhe de seu corpo, e não ele próprio” (SERPA, 2009 p. 23), sendo este termo empregado em outros idiomas.

5.4 LEGISLAÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA, NORMATIZAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E A ACESSIBILIDADE EM ÁREAS NATURAIS

A pessoa com deficiência conforme a lei 13.146 de julho de 2015 Art. 2º, é aquela que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade [...]” (BRASIL, 2015). Nesse sentido a deficiência pode ser hereditária, congênita ou adquirida.

A deficiência hereditária resulta de doenças transmitidas pelo gene, a congênita é mais comum durante a fase gestacional. A deficiência adquirida é aquela que ocorre depois do nascimento, ocasionada por infecções, traumatismos e

intoxicações (DIEHL, 2008). O decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, Art. 5, § 1 (BRASIL, 2004) torna claro, os tipos de deficiências e as limitações de cada uma:

- A deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo humano, no qual compromete a função física, sob a forma de “paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia [...] amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida [...]”;
- A deficiência auditiva caracteriza-se pela perda parcial ou total de sinais sonoros acima “de quarenta e um decibéis (DB) [...]”;
- A deficiência visual caracteriza-se pela redução ou perda total da visão. Segundo o Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, Art. 5, § 1 que define:

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004)

- A deficiência mental caracteriza-se o comprometimento intelectual “inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, habilidades sociais [...]”;
- A deficiência múltipla caracteriza-se pela “associação de duas ou mais deficiências”;
- A pessoa com mobilidade reduzida é aquela que não se enquadra como pessoa com deficiência, mas que possui “dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora”, assim pode-se citar como exemplo: idosos, grávidas, obesos e pessoas com crianças de colo.

Segundo Diehl (2008), a principal causa de deficiência física é de cunho social, incluindo desde fatores relacionados às carências de infraestrutura e saúde como a desnutrição e ou falhas na prevenção (vacinação da poliomielite, por exemplo), até problemas relacionados à negligência ou imprudência, como os acidentes de trabalho e de trânsito. Outra causa que complementa esse quadro são as deficiências adquiridas como resultado da violência, cada vez mais comuns, principalmente nos grandes centros urbanos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no censo de 2010, a população com deficiência foi estimada em 23,9%. Pela metodologia adotada, o cômputo se fez por pessoa com deficiência e não por tipo de deficiência. Já o quadro 03, elaborado com base no mesmo censo, a metodologia indica o percentual de pessoas por tipo de deficiência, ou seja, as pessoas com deficiência múltipla foram contabilizadas em mais de uma categoria de deficiência. Na tabela 1 pode-se observar as deficiências identificadas pelo IBGE como “visual, auditiva, motora e mental ou intelectual”.

Tabela 1 - Tipos de deficiência, IBGE 2010

Tipo de Deficiência	%
Visual	18,6%
Motora	7%
Auditiva	5,10%
Mental ou Intelectual	1,40%
Total	32,1%

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o IBGE (2010) pode-se identificar um número relativamente grande de pessoas com deficiência visual. Esse índice teve uma porcentagem alta, pois também contabilizou as pessoas que utilizam óculos ou lentes, para melhorarem a locomoção. A mesma pesquisa identificou ainda as deficiências severas, ou seja, aquelas pessoas que responderam que tem grandes dificuldades de se locomover, ouvir ou enxergar. No mesmo censo pode-se notar que não foi contabilizada a deficiência mental ou intelectual severa.

Tabela 2 - Grau Severo das Deficiências

Deficiência (grau severo)	%
Visual	3,46%
Motora	2,33%
Auditiva	1,12%
Mental ou Intelectual	1,4%
Total	8,31%

Fonte: IBGE, 2010.

As pessoas com deficiência ou mobilidade motora reduzida, em geral, utilizam alguns equipamentos para auxiliar a locomoção como cadeira de rodas, andadores, bengalas, muletas, órteses, próteses, entre outros (BRASIL, 2009).

Já as pessoas com deficiência visual podem utilizar bengalas ou cão guia para se locomover. Para o acesso à leitura tais deficientes podem utilizar o Braille, que é um sistema de escrita tátil “considerado o principal meio de leitura e escrita para pessoas cegas em todo o mundo” (SILVA, 2015 p. 30). As pessoas com deficiência auditiva, por sua vez, contam com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos” (ABNT, 2015 p. 142).

A Norma Brasileira ABNT 9050:2015, “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção e adaptação do meio urbano e rural” no que tange à acessibilidade às edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma considerou as variações do ambiente e condições de mobilidade “com ou sem ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais” (ABNT, 2015 p.1). O quadro 05 apresenta as definições relacionadas aos espaços acessíveis, segundo a norma da ABNT 9050:2015:

Quadro 3 - Definições relacionados a espaços acessíveis

(contínua)

Termos	Definições
Acessível	Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser lançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.
Adaptável	Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.
Adaptado	Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram alteradas posteriormente para ser acessível.
Adequado	Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

(conclusão)

Termos	Definições
Rota Acessível	Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.
Piso tátil	Caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a construir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos piso tátil e piso tátil direcional.
Linha-guia	Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como referência de orientação direcional por todos, especialmente às pessoas com deficiência visual.
Rampa	Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento, com declividade igual ou superior a 5%.

Fonte: Adaptado da Norma ABNT 9050:2015.

Conforme quadro 4, pode-se compreender as definições utilizadas para eliminar as barreiras arquitetônicas e tornar os espaços acessíveis. Conforme Sasaki (2010, p. 102), além das barreiras arquitetônicas nos locais turísticos como “os aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos [...]”, existem outras cinco barreiras que precisam ser removidas para a acessibilidade das pessoas com deficiência. As ações para acessibilização, por sua vez, devem contar com a parceria de organizações sociais de pessoas com deficiência, que podem indicar com propriedade as limitações e/ou adequação dos espaços. As barreiras citadas por Sasaki (2010), são:

- 1) Acessibilidade atitudinal: na educação da sociedade “[...] os profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades turísticas [...]”.
- 2) Acessibilidade comunicacional: na adequação dos locais no que diz respeito às sinalizações, principalmente as pessoas com deficiência visual e “contratando intérpretes da língua de sinais juntos aos guias de turismo e aos recepcionistas [...]”.
- 3) Acessibilidade metodológica: alterando a forma tradicional “(que não leva em consideração as necessidades especiais de certas pessoas)” principalmente os profissionais que atendem diretamente o público com deficiência, assim para

estabelecer “novas propostas e acordos com os turistas, tanto os efetivos como os em potencial”.

- 4) Acessibilidade instrumental: “nos aparelhos, equipamentos, ferramentas [...] ignoram as limitações físicas, visuais, auditivas e intelectuais de algumas das pessoas com deficiência”.
- 5) Acessibilidade programática: “eliminando as barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas [...]” que de alguma forma “impedem ou dificultam a utilização dos serviços e bens turísticos” (SASSAKI, 2010 p. 102).

O presente trabalho irá abordar principalmente a eliminação das barreiras arquitetônica, atitudinal, comunicacional e metodológica para deficientes visuais, auditivos e motores dentro do Parque Estadual da Guarita, uma área natural de grande relevância patrimonial, que abriga o geossítio “Parque da Guarita” onde, segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2011):

Os afloramentos são formados basicamente por associação de rochas sedimentares e vulcânicas na forma de morros testemunhos escarpados na linha de praia (Formação Botucatu – Juro-Cretáceo e Formação Serra Geral – Cretáceo Inferior). Uma característica geológica importante deste geossítio é apresentar importantes exemplos da interação entre lavas vulcânicas e sedimentos eólicos não consolidados [...]. (GODOY; BINOTTO; WILDNER 2011 p. 56).

Esse geossítio é de relevância internacional e possui elementos geoturísticos e científicos importantes para a humanidade na compreensão da geodiversidade⁴. Assim é necessário que esse ambiente tenha acessibilidade para que todos os cidadãos, com ou sem deficiência, possam usufruir do espaço. Conforme a ABNT (9050:2015) “nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente”. Sabe-se que a acessibilidade é um direito universal e visa à inclusão de pessoas, para Oliveira et al (2013, p. 5):

A inclusão de pessoas com deficiência em áreas naturais [...] permite que elas reflitam sobre o meio que estão inseridas e se sociabilizem,

⁴ Geodiversidade é a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico. (GODOY; BINOTTO; WILDNER 2011 s/p).

desenvolvendo valores, hábitos e atitudes com vista à conservação da natureza e uma forma de integração à sociedade (OLIVEIRA et al. 2013, p. 5).

Portanto, para o autor, é necessário a inclusão de todas as pessoas nos ambientes naturais como forma de integração na sociedade e para que isso ocorra deve-se adaptar espaços que não possuem acessibilidade. Atualmente no Brasil existem algumas áreas naturais que acessibilizaram partes de suas estruturas em Unidades de Conservação e Reservas Biológicas, conforme Carvalho (2012); Oliveira et al (2013). São exemplos disso:

Quadro 4 - Áreas Naturais com acessibilidade

Localização	Local adaptado e para quais tipos de deficiência
Parque Estadual Jaraguá/SP	Trilha do Silêncio com percurso de 400 metros para deficientes visuais e com mobilidade reduzida
Reserva Biológica União/RJ	Trilha Interpretativa do Pilão adaptou 1000m de 3300m e centro de convivência adaptado para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
Parque Nacional Serra do Capivari/PI	16 sítios são considerados adaptados pela FUMDHAM e IPHAN para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida

Fonte: A autora, 2018.

Cabe salientar, que além dos atrativos naturais acima citados o Parque Nacional do Iguaçu/PR, possui transporte acessível e mirante central adaptado para pessoas com deficiência motora e mobilidade reduzida. No entanto percebe-se que é muito lento o processo de tornar acessível esses espaços.

5.5 DESENVOLVIMENTO DE TORRES E O SURGIMENTO DO PARQUE DA GUARITA

Normalmente o nome das cidades se origina a partir de fatores históricos, e no caso de Torres não foi diferente. Segundo Ruschel, (2004 p. 382) havia um movimento de tropeiros e passantes, naquela região em 1738, os quais apelidaram a localidade de Torres por causa do “aspecto dos três morros, como se fossem torres de um castelo”. Essas formações rochosas são de grande valor geológico presentes no “Morro do Farol – torre norte, o Morro das Furnas – torre do centro e o Morro da Guarita- torre sul” (BASSA, 2016, n.p).

A região litorânea de Torres é de fácil acesso pela sua posição geográfica. Este fator favoreceu o povoamento há milhares de anos com os Sambaquis, índios “Guaianá, da nação Tapuia ou Jê e os Carijós da nação Guarani” (RUSCHEL, 1995 p. 11). E mais tarde no século XIX pelas colonizações portuguesa, alemã e italiana cuja economia era baseada na agricultura e “indústrias rurais de cachaça e farinha de mandioca” e na pesca de subsistência (BARROSO; QUADROS; BROCCA, 1996 p. 27, 52).

Para alavancar a economia, em 1892 inicia-se a construção do porto na praia da Guarita, através de explosões que deixaram marca na paisagem até os dias atuais. O projeto foi interrompido e transferido para o Rio Grande, o qual ocasionou atraso socioeconômico na cidade (RUSCHEL, 1995; BASSA, 2016).

Décadas mais tarde, surgiram os primeiros visitantes atraídos pelas águas oceânicas, que as tinham como objeto de cura, em função de suas propriedades medicinais. Tais visitantes alugavam “as casas dos moradores locais para passar alguns dias ou meses de verão” (GEDEON, 2014, p. 37). Com o novo costume, a cidade começou a crescer aos poucos, nas áreas da hotelaria, restaurantes e lazer, principalmente na década de 1950 com a pavimentação da BR- 101 (FALCÃO, 2000). Neste mesmo contexto, Falcão (2000) afirma que:

A transformação mais intensa na configuração espacial de Torres ocorre a partir da década de 70 com uma série de investimentos públicos em nível regional e que promovem indiretamente, a expansão dos empreendimentos privados. (FALCÃO, 2000 p. 163).

Este fato promoveu o desenvolvimento do turismo de sol e praia, caracterizado pela baixa procura nos meses de inverno. Os atrativos naturais encontrados na cidade são a orla marítima, a lagoa do Violão, o rio Mampituba, a unidade de Conservação Federal Ilha dos Lobos, o Parque Estadual da Itapeva e o Parque Estadual da Guarita (BASSA, 2016), sendo este último objeto de estudo da presente pesquisa.

O Parque Estadual da Guarita foi criado em 1971, porém o aporte de investimentos para a preservação desse local iniciou-se na década de 1950 na valorização da área natural (figura 7). Conforme Bassa (2016 s.p) o local possui “[...] conjunto paisagístico formado da orla marítima, a riqueza da fauna e flora e pelas falésias. Essas formações rochosas são oriundas de derramamento de lava vulcânica e datam 200 ou 180 milhões de anos”. O parque foi iniciativa ambientalista

José Lutzenberger e contou com o projeto paisagístico do renomado arquiteto Burle Marx.

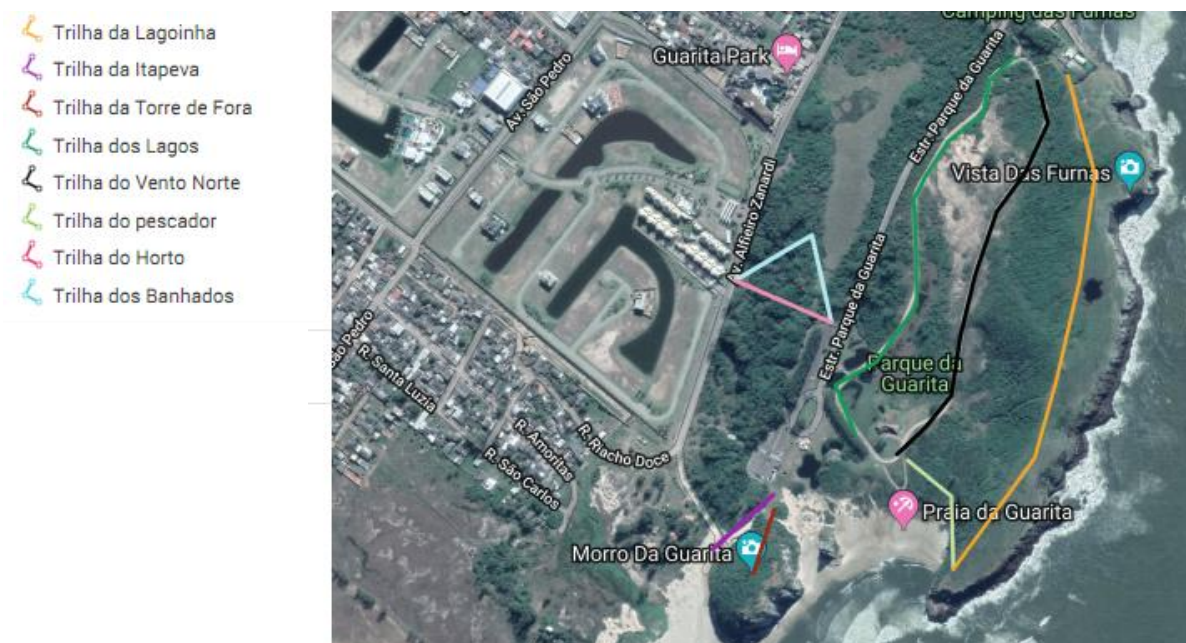
Figura 7 - Vista aérea do Parque Estadual da Guarita em 2000



Fonte: BASSA, 2016.

Em 2003 o Parque Estadual da Guarita foi nomeado como Parque Estadual José Lutzenberger, através da Lei Estadual 11.884, para homenagear o engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger (RIO GRANDE DO SUL, 2003). Atualmente o parque turístico possui uma área de 13 hectares de beleza cênica e de relevância geológica, considerado um geossítio de relevância internacional “formado por um belíssimo conjunto de afloramentos e geomonumentos localizados a beiramar [...]” (GODOY; BINOTTO; WILDER 2011, p. 56). O plano de revitalização de 2009-2012 previa a demarcação de oito trilhas ecológicas⁵ denominadas: trilha da Lagoinha, do pescador, da Torre de Fora, da Itapeva, do Horto, dos banhados, do Vento Norte, dos Lagos (figura 8). Tal ação não se concretizou e atualmente são realizados caminhos por turistas e visitantes, sem orientação e sinalização turística, dentro do parque da Guarita.

⁵ Trilha ecológica é um trecho de acesso interligando dois pontos em áreas naturais, utilizados para interpretação ambiental, envolvendo todos os sentidos e despertando a curiosidade das pessoas na sensibilização da fauna, flora e Educação Ambiental (RACHWAL; CARVALHO; WITHERS).

Figura 8 - Trilhas do Parque

Fonte: Adaptado da Secretaria Municipal do Meio ambiente, Torres 2011.

6 METODOLOGIA

O conhecimento científico é a busca em compreender racionalmente os fenômenos existentes no ambiente, no qual auxilia o processo acadêmico/científico na busca concreta da formação do conhecimento (GRESSLER, 2007). Para melhor compreensão dos procedimentos adotados nesta pesquisa optou-se por dividi-los em três etapas: 1) Levantamento bibliográfico e documental, 2) entrevista estruturada e 3) observação sistemática não participante do atrativo.

A primeira etapa do estudo envolveu o levantamento bibliográfico e documental em assuntos relacionados à acessibilidade, que serviram como embasamento teórico. O levantamento bibliográfico é a obtenção de informações em “variadas fontes: livros, revistas, publicações [...]” (GRESSLER, 2007 p. 73). Assim, o trabalho foi baseado em fontes secundárias de autores como: Sasaki (2010); Gomes, Pinheiro, Lacerda (2010); Diehl (2008) em assuntos relacionados à deficiência, inclusão social e Turismo, além de leis, artigos e dissertações.

Já o levantamento primário ou documental se assemelha ao bibliográfico, porém analisa arquivos de órgãos públicos ou privados que ainda não receberam “tratamento analítico ou que pode ser reelaborado [...]” (DENCKER, 2007, p. 153). No presente trabalho buscou-se informações em documentos disponibilizados em jornais, museu, Prefeitura de Torres, IBGE, entre outros.

A segunda etapa envolveu o trabalho de campo onde utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista estruturada que segundo Marconi, Lakatos (2012, p. 82) “o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido”. A entrevista foi composta por três perguntas abertas (Apêndice A) e realizadas com seis pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, para ter uma ideia mais ampla sobre os assuntos relacionados à acessibilidade e obstáculos enfrentados na visita ao local de pesquisa, com o relato de suas experiências tanto positivas como negativas. O quadro 7 sintetiza a quantidade de pessoas entrevistadas e tipos de deficiência e mobilidade reduzida:

Quadro 5 - Relação das pessoas entrevistadas

Deficiência e/ ou mobilidade reduzida	Quantidade
Deficiência motora	01
Deficiência auditiva	01
Deficiência mental	01
Deficiência visual	02
Mobilidade reduzida (idoso)	01

Fonte: a autora, 2018.

Cabe salientar que foram entrevistadas só as pessoas com deficiências motora, auditiva, mental e visual, conforme identificados no censo do IBGE em 2010. Dos seis entrevistados, cinco eram moradores e um era turista que visitou o Parque Estadual da Guarita no mês de setembro.

As respostas obtidas na segunda etapa foram correlacionadas com os aspectos observados no *checklist* (ANEXO A) aplicado na terceira etapa. Para verificar a acessibilidade do local foi adaptado o roteiro de inspeção proposto pela obra, “Turismo Acessível: mapeamento e planejamento, acessibilidade em destinos turísticos”- volume II, desenvolvido pelo Ministério do Turismo em 2009. Este roteiro possuía questões sobre sinalização, rampas, escadas, banheiros, rotas acessíveis, guias rebaixadas, recepção, estacionamento, entre outros. O mesmo foi aplicado pela pesquisadora, com base nos seus conhecimentos, percepções e observações, no Parque Estadual da Guarita. O *checklist* (ANEXO A) também contemplou questões sobre infraestrutura e atendimento nos setores de recepção e administração em relação ao treinamento e possíveis implantações e adaptações no quesito acessibilidade.

No transcorrer da visita ao atrativo, foi realizada uma observação sistemática não participante, a partir do roteiro de inspeção mencionado. A observação sistemática é um instrumento de coleta de dados, no qual o observador “sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação, deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros” (MARCONI, LAKATOS 2012, p. 78) e quando relacionado à observação sistemática não participante o “pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela [...] presencia o fato, mas não participa dele” (MARCONI, LAKATOS 2012, p. 78). Além

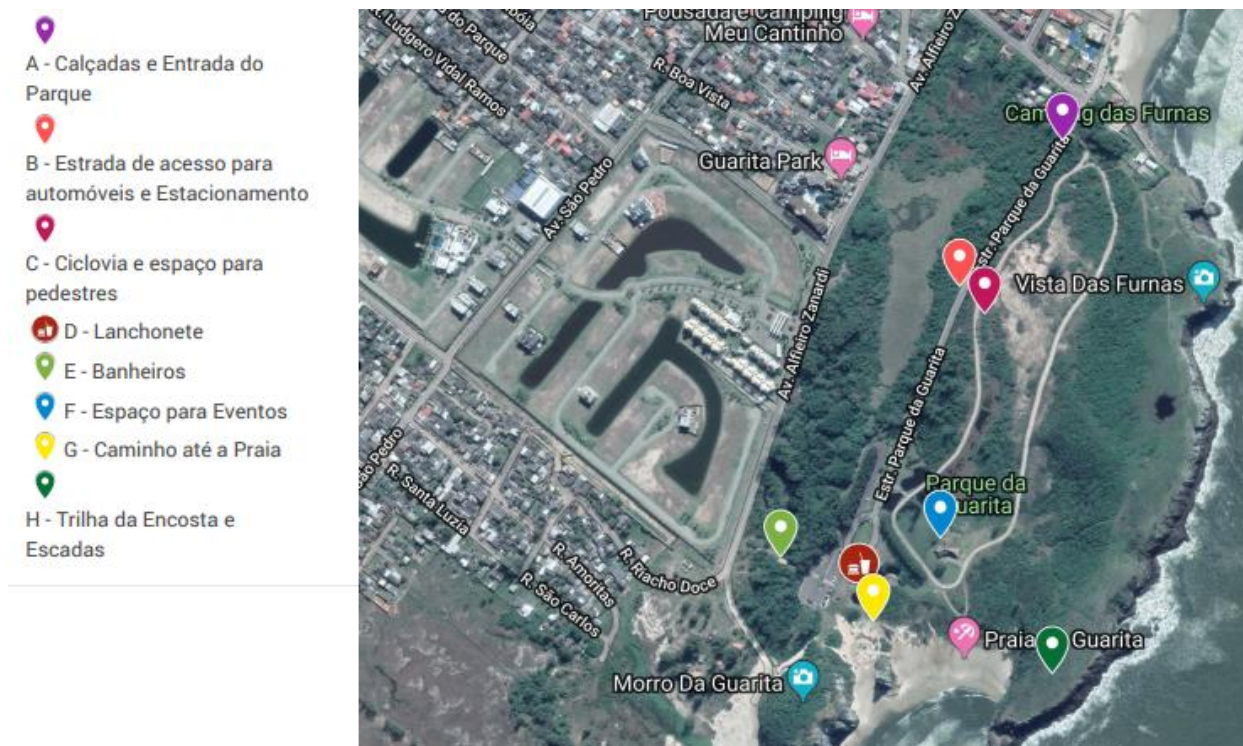
desse método, foram utilizados registros fotográficos e uma trena para checar medidas durante a observação *in loco* nos dias 05 e 19 de outubro de 2018. Foram observados os seguintes locais: calçada e entrada do Parque, estrada, estacionamento, banheiros, lanchonete, espaço para evento, trilha da encosta, caminho até a praia, ciclovia e espaços para pedestres.

O presente estudo caracterizou-se em descritivo, pois teve como intuito relatar e descrever a experiência de seis pessoas com deficiência e mobilidade reduzida juntamente com a observação sistemática não participante no atrativo Parque Estadual da Guarita. A abordagem utilizada foi qualitativa, pois visa “obter conhecimento mais profundo de casos específicos” (DENCKER, 2007 p. 131), sendo necessária a dinâmica de determinados grupos para compreender um assunto específico. Ao término da análise dos dados coletados, foi possível propor sugestões para a melhoria do atrativo.

7 PESQUISA

O Parque Estadual José Lutzenberger ou Parque Estadual da Guarita como é conhecido é uma área de interesse turístico definida pelo decreto lei nº 30.377 de 1981 (RIO GRANDE DO SUL, 1981). Na figura 9, pode-se observar os pontos observados e analisados durante a pesquisa, utilizando o *checklist* do roteiro de inspeção. As informações obtidas, em conjunto com as entrevistas tiveram como intuito averiguar a existência de elementos que promovem a acessibilidade. O percurso realizado segue conforme a ordem que pode ser observada na figura 9 (A, B, C, D, E, F, G, H).

Figura 9 - Mapa do Parque Estadual Lutzenberger



Fonte: A autora, 2018.

As observações e avaliações do percurso foram iniciadas na calçada e entrada do Parque (A), que está localizada na Rua Caxias do Sul, no bairro Praia da Cal. Nesse local, foi constatada (figura 10) a inexistência de calçadas com pisos antiderrapantes, o piso tátil para os deficientes visuais e rampas de acesso para pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida. Já no acesso, verificou-se que o prédio da portaria está passando por reformas.

Figura 10 - Calçada lateral e entrada do Parque

Fonte: A autora, 2018.

Embora em obras, pode-se constatar que o guichê de vendas dos bilhetes de acesso e fornecimento de informações encontra-se muito alto para o atendimento direto com o público, principalmente se forem pessoas de baixa estatura ou com cadeira de rodas. Na figura 11 é possível observar o tamanho desproporcional em comparação com a acadêmica, que mede 1,62 m. Conforme o projeto de reforma que está sendo executado no Parque, estão previstas calçadas acessíveis com piso tátil e rampas de acesso na entrada.

Figura 11 - Recepção e Projeto do pórtico novo do Parque

Fonte: A autora, 2018.

O segundo local observado, já no interior das dependências do Parque da Guarita, foi a estrada de acesso para automóveis e estacionamentos, correspondente a letra B na figura 9. Constatou-se buracos no pavimento asfáltico, e a ausência de calçadas para pedestres. Não se observou nenhum tipo de placa de informação sobre acessibilidade, da portaria até o início do estacionamento (figura 12). A placa de informação existente era sobre limpeza, proibições e dicas do que pode ser realizado, sendo que essas informações estão contidas na parte da frente do panfleto oferecido pelos recepcionistas na entrada do Parque (anexo B). O estacionamento possui apenas uma vaga reservada para pessoas com deficiência e outra para idosos, próximo à lanchonete (figura 12), com sinalização horizontal representada pelo Símbolo Internacional de Acesso (SIA) transcrito no chão e placas indicativas verticalmente.

Figura 12 - Estrada de acesso para automóveis e estacionamento reservado



Fonte: A autora, 2018.

Em relação à observação realizada na lanchonete do Parque, (letra D na figura 9), foi constatado que a mesma possui rampas de acesso do estacionamento até os dois banheiros e na lateral da lanchonete, entretanto não possui espaço para circulação com segurança e autonomia para pessoas que necessitam de cadeira de rodas. As rampas precisam de manutenção e não possuem piso tátil conforme pode ser observado na Figura 13. Além disso, a lanchonete não dispõe de cardápio em Braille para pessoas com deficiência visual.

Figura 13 - Rampas de acesso da lanchonete



Fonte: A autora, 2018.

Na ciclovia e espaço para pedestres (letra C, figura 9), observou-se a falta de placas informativas e manutenção em alguns trechos da pista. O espaço para caminhada é adequado para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Outro fator observado foi a falta de linha-guia ou piso tátil direcional para pessoas com deficiência visual, que andam sozinhas e com bengalas, para utilizar o espaço com autonomia e segurança.

Figura 14 - Pista para bicicletas e caminhada



Fonte: A autora, 2018.

Entrevistou-se ainda cinco moradores com deficiência (auditiva, visual, mental e física), e uma pessoa representando o grupo com mobilidade reduzida, para saber

mais sobre suas experiências dentro do Parque Estadual da Guarita e necessidades específicas de cada um, além de fazer uma entrevista com um turista de baixa visão.

O entrevistado morador de Torres com deficiência mental, quando questionado sobre as experiências dentro do Parque Estadual da Guarita em relação à acessibilidade, respondeu o que gosta de fazer, “ir para passear de bicicleta”, já o morador com deficiência auditiva respondeu que gosta “de ir no Parque passear com amigos e andar de bicicleta”. Percebeu-se que os entrevistados não sabiam o que era acessibilidade e nem apontaram dificuldades de locomoção. A pessoa com deficiência auditiva contorna as dificuldades de comunicação, lendo os lábios e escrevendo para pessoas que não se comunicam em Libras. Outro fator importante a ressaltar é que os entrevistados desse grupo conhecem o local desde pequenos e assim raramente sentem necessidade de solicitar informações sobre algo. Apesar disso, é importante que os funcionários do Parque tenham um curso de Libras, para atender adequadamente os usuários que utilizam essa língua.

No trajeto da pista de caminhada até a estrada, para ir ao banheiro, percebeu-se que existe uma ponte interligando o trecho. Tal trajeto não possui rampa de acesso e nem guia rebaixada (figura 15) para pessoas cadeirantes ou mobilidade reduzida, além de inclinação elevada que pode ocasionar dificuldades de locomoção e até incidentes no local, principalmente quando não acompanhados.

Figura 15 - Acesso da ponte da estrada até a pista de caminhada e bicicleta



Fonte: A autora, 2018.

Em relação aos banheiros do Parque da Guarita (letra E, figura 9), observou-se que a entrada possui piso antiderrapante e antiaderente, porém o mesmo tem uma elevação que pode ocasionar um incidente com pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Além disso, observou-se a ausência de pisos táteis direcionais para pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

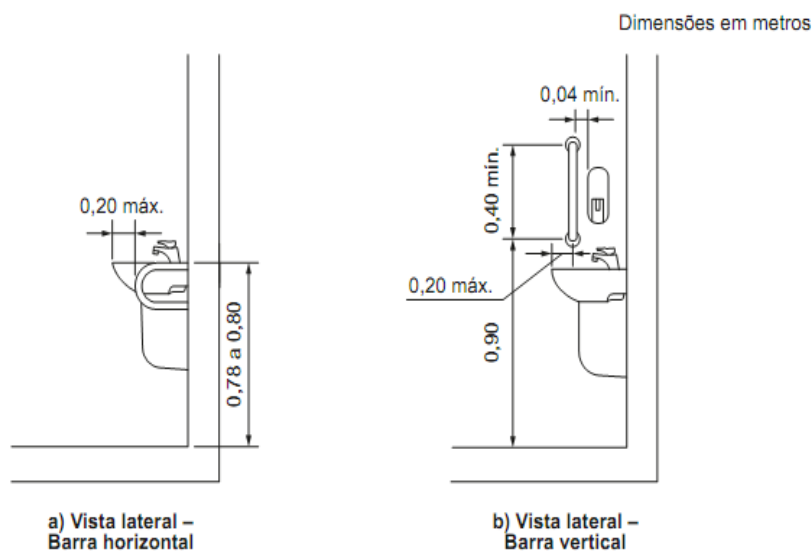
Os banheiros foram reformados em 2017 para atender pessoas com deficiência, “o espaço destinado ao feminino como no masculino consta ambiente para cadeirantes” (PREFEITURA DE TORRES, 2017). Estes banheiros foram analisados e constatou-se porta com tamanho 0,90m de largura, adequado conforme a norma (ABNT 9050:2015 p.102) que diz que “as portas devem ter vão livre no mínimo de 0,80 m e conter uma área livre com no mínimo 0,60m de diâmetro [...]. Recomenda-se que as portas abram para fora, para facilitar o socorro à pessoa, se necessário”, No local foi identificado que as portas abrem para dentro. Também, verificou-se a inexistência de barras nos vasos sanitários, barras horizontais e maçaneta de acesso, além de lavatório inadequado para cadeirantes possuindo 1 m de altura (figura 16).

Figura 16 - Banheiro Feminino e lavatório



Fonte: A autora, 2018.

Conforme a norma da ABNT 9050, figura 17 o lavatório deveria possuir altura de no máximo 0,80 m do chão e largura 0,20 m, além de barras de segurança conforme previsto no *checklist* de observação.

Figura 17 - Lavatório adequado para pessoas com deficiência

Fonte: ABNT 9050 (2015, p. 101).

Realizou-se entrevista com uma torrense cadeirante para saber de suas dificuldades dentro do Parque da Guarita e quando questionada sobre suas experiências, respondeu: “Eu não vou porque é longe de onde moro, mas quase não tem acessibilidade pelo que sei. A última vez que fui ao Parque da Guarita foi na feira do livro ano passado (2017), onde colocaram acessibilidade por causa da feira do livro, a princípio não tem muito”. Já o entrevistado com deficiência visual, quando questionado sobre suas experiências, afirmou que: “Eu já fui várias vezes com a minha mãe, quando pequeno. Agora vou à praia ou quando tem algum show”. Quando questionado se sentia dificuldades de locomoção, afirmou que “não tenho muitas dificuldades porque ando com minha mãe, ela é os meus olhos, pois tenho medo de sair sozinho em qualquer lugar”.

Já a entrevistada cadeirante, quando questionada se tem alguma dificuldade de locomoção na entrada, banheiro, lanchonete, acesso à praia ou trilhas respondeu: “é um lugar bonito, mas não tem acessibilidade no banheiro ou uma rampa de acesso até a praia”. A partir do depoimento verificou-se o caminho até a praia (letra G, figura 9) e realmente não há nenhuma rampa ou ponte de madeira para o acesso de pessoas com dificuldades de locomoção.

Figura 18 - Caminho até a praia



Fonte: A autora, 2018.

Já o turista entrevistado, que perdeu a visão por complicações no tratamento da leucemia há um ano, quando questionado sobre sua experiência, respondeu que foi com a namorada, “fazer rapel no Parque da Guarita no feriado do dia sete de setembro”. E quando questionado sobre dificuldades de locomoção respondeu que:

Não olhei como os olhos de acessibilidade, mas em local de natureza é muito pouco o que tem. Eu vejo por exemplo pra um cadeirante na Guarita, não teria como chegar na areia.

Eu não tenho limitação de andar, eu teria limitações de andar sozinho, sou cego do Paraguai como as pessoas me chamam (não consigo ler o que escrevi, enxergar o carro para atravessar a rua, mas consigo enxergar o suficiente para me locomover dentro de casa por exemplo).

Na Guarita ali um cego total não consegue acessar a praia sozinho te garanto, não tem indicativos.

O banheiro lá, sei que tem acessível para cadeirante, ceguinho, ceguinho, aprendem a se virar sozinho no banheiro né, mais especial para cadeirante. (Deficiente Visual, 2018).

O entrevistado destacou que teria dificuldades se andasse sozinho no Parque, e que para um cadeirante é mais difícil a locomoção na areia e no banheiro, principalmente quando este último não está adequado para a acessibilidade.

Em relação ao Espaço de Eventos, antigo local onde havia um restaurante (letra F, figura 9), atualmente encontra-se fechado. O ambiente é grande, e já foi utilizado para alguns eventos da Prefeitura como a feira do livro em 2017. Conforme observado, o espaço externo necessita de algumas adaptações para atender

pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida como piso tátil até entrada, ajuste da entrada até a ciclovia para cadeirantes e pessoas com carrinho de bebê.

Figura 19 - Espaço de Evento



Fonte: A autora, 2018.

O último espaço avaliado foi a trilha da encosta e escadas (letra H, figura 9). Ao subir as escadas percebeu-se falta de corrimão em partes perigosas (figura 20) e de manutenção em alguns degraus, danificados por intempéries (figura 20), fato que dificulta o acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Pessoas com deficiência visual devem andar acompanhadas, pois há riscos durante a subida na escada e na trilha, já para pessoas com cadeira de rodas é inviável, pois não existem rampas de acesso pela praia.

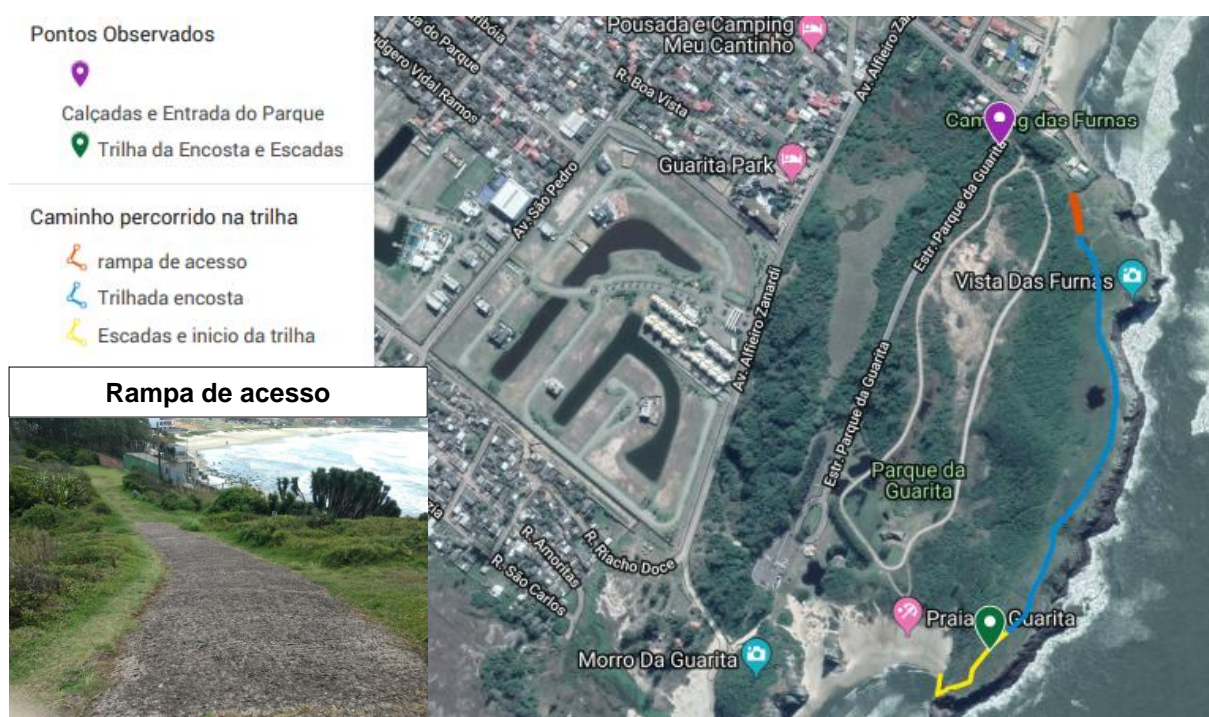
Figura 20 - Escadas (trilha)



Fonte: A autora, 2018.

Existe uma rampa de acesso somente do outro lado da trilha, destacado na figura 21 em vermelho, a 500 metros do guichê de vendas, porém este tem o comprimento de 33 metros aproximadamente e com inclinação elevada, sem descanso para o cadeirante que faria um esforço físico exagerado, podendo ocasionar incidentes. Mesmo com ajuda de outra pessoa seria praticamente impossível.

Figura 21 - Rampa de acesso



Fonte: A autora, 2018.

Também foi entrevistado, um representante com mobilidade reduzida, um idoso, que conhece o Parque desde os cinco anos de idade e teve várias experiências durante a vida: “vi muitas coisas posto fiscal, salão de baile, pescadores, campo de golf. O Lutzenberger fazendo o trabalho de conscientização com os moradores [...]”. Quando questionado se tem dificuldades de locomoção respondeu “não tenho dificuldades, tenho muita saúde”.

Perguntou-se ainda aos seis entrevistados, o que deveria existir para auxiliar ou melhorar a infraestrutura de acessibilidade do Parque Estadual da Guarita? O entrevistado com deficiência auditiva, disse que não precisa melhorar nada. Já os outros cinco destacaram várias ideias para melhorar a infraestrutura de acessibilidade e experiência dos cidadãos. O morador com deficiência visual sugere que haja “museu dentro do Parque que pudesse tocar nos objetos”, por outro lado o

morador com deficiência mental sugere que “poderia ter mais funcionários e uma pracinha para as crianças”. Ambos fazem menção ao que poderia ser incrementado, não mencionam melhorias na estrutura atual, o que pode ser observado na resposta do morador com deficiência física que afirma que “deveria melhorar bastante o Parque da Guarita, pois o banheiro não é muito acessível, não consigo ir à beira da praia, não tenho como. É difícil até sair da cidade, pois os ônibus não são acessíveis para cadeirante”. Já o morador com mobilidade reduzida vai além e expõe os riscos envolvidos.

Falta placas de aviso de perigo, pois pessoas já morreram por falta de atenção. É carente de um projeto, ter alguém circulando para ajudar. O Parque é uma área estadual, a prefeitura que está comandando gira nesses impasses de quem é o dono, muita burocracia. O Parque da Guarita é o Coração do Turismo aqui dentro da cidade junto com a Barra lá. As autoridades devem se fazer mais presentes (morador com mobilidade reduzida, 2018).

O turista de baixa visão apresenta seu ponto de vista e pondera também com outras soluções possíveis para os problemas verificados:

Desde a entrada até o pedacinho perto do banheiro, precisaria no Morro da direita, onde faço rapel precisaria de um piso tátil que levasse até ali, de repente um corrimão, aí me pergunto quanto custaria e quanto os cegos usariam entendendo o lado das prefeituras. De repente no site da Guarita criar um grupo de voluntários para levar essas pessoas cegas, até mesmo estudantes da escola, mais fácil de realizar dessa maneira descrever para o cego a paisagem no Morro da Direita que tem escadarias ali poderia ter um corrimão, vai ver com outros sentidos como audição com a sensibilidade dele, um acompanhamento fazer acontecer um meio para a acessibilidade [...] (turista com baixa visão, 2018).

Percebeu-se com as entrevistas que os moradores e turistas gostam da cidade, mas alguns não visitam com tanta frequência o atrativo, por existirem barreiras arquitetônicas e comunicacionais que os impedem de passear com segurança e autonomia. Assim como citado anteriormente por um dos entrevistados, o “Parque da Guarita é o coração do Turismo” (morador com mobilidade reduzida, 2018) e deve estar preparado para atender moradores e turistas no que tange a infraestrutura existente e assim proporcionar uma experiência agradável a todos os públicos.

Os entrevistados ainda sugeriram melhorias que beneficiariam todos os públicos. Às vezes a comunidade não é ouvida como deveria ser, como destacam as autoras Gastal e Moesch (2007, p.55) que as condições básicas para “desenvolver o turismo [...] exigiriam a construção de um imaginário positivo da cidade, em termos

de educação, limpeza pública, saneamento, presença de espaços verdes, de áreas de lazer públicas, marcando um bem viver, que encaminhe o bem receber”, ou seja, as políticas públicas devem estar atreladas principalmente na qualidade de vida da comunidade local, para assim atender as necessidades do turista.

O *checklist* também contemplou verificações com os recepcionistas e administração com assuntos relacionados à acessibilidade. Desse modo, foi questionado aos recepcionistas, se eles possuem curso de capacitação para o atendimento voltado para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Responderam que somente ao público em geral, mas que seria de grande relevância um curso de Libras, pois já receberam visitantes com deficiência auditiva pedindo várias informações, e os mesmos não conseguiram se comunicar plenamente e passar as informações necessárias sobre o atrativo.

A administração, mais precisamente a Diretoria de Turismo de Torres, foi questionada via e-mail, se a revitalização do parque irá contemplar a acessibilidade. A mesma afirmou que “Acessibilidade agora somente a calçada, os banheiros têm acessibilidade”. A administração também foi questionada se tem interesse de qualificar o bem atender em turismo acessível. “Intenção de qualificação com certeza”, acredita-se que o primeiro passo é admitir que o espaço não está completamente adequado, e aos poucos adaptar os mesmos, para que todos possam usufruir.

Além disso, algumas adaptações voltadas a esse público em específico pode vir a ser de utilidade de outras pessoas, a exemplo disso são as calçadas, as rampas, os corrimãos, os profissionais qualificados, mapa tátil, placas explicativas. O quadro 7 sintetiza o *checklist* de inspeção na observação sobre acessibilidade.

Quadro 6 - Síntese dos itens verificados no *checklist*

(contínua)

Itens verificados	Itens verificados	Situação dos itens
Acessos externos à edificação	Tipo de piso (calçada)	Derrapante e trepidante
	Guias rebaixadas	Inexistente
	Rampas acessíveis	Adaptáveis
Circulação interna	Espaço para eventos	Local fechado para verificação interna
Sanitário	Banheiros acessíveis	02

(conclusão)

Itens verificados	Itens verificados	Situação dos itens
Sanitário	Barras de apoio vaso	inexistente
	Porta	Largura de 0,90m (inexistente barras e maçanetas tipo alavanca)
	Lavatório	Inexistente para acessibilidade
Autonomia e segurança	Equipamentos e espaços	Não há autonomia
Pisos táteis de alerta	Calçada e edificação	Em nenhum local necessário
Pisos táteis direcionais	Calçadas, banheiro	Em nenhum local necessário
Sinalização em Braille	Sinalização em batentes	Inexistente nas portas
Sinalização de Equipamentos SIA	Banheiro	Inexistente
	Estacionamento	Existente sinalização
Rampas, escadas e tratamento de desníveis	Acesso à praia, trilha da encosta e escadas	Inexistente tratamentos de desníveis
Comunicação sonora para pessoa com deficiência visual	Saídas de emergência e em rotas de fuga	Inexistente
Recepção	Atendimento	Não tem pessoas com cursos voltados ao atendimento a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida e inexistente pessoas com curso de LIBRAS
Estacionamento	Existência do serviço	Existe dois estacionamentos adequados, porém são inadequados para embarque e desembarque
	Distância confortável a edificação	Perto da lanchonete e banheiro
	Sinalização	Sinalização vertical e no chão

Fonte: A autora, 2018.

8 SUGESTÕES DE MELHORIAS NO PARQUE ESTADUAL DA GUARITA

Com base nas observações e percepções dos entrevistados, nota-se que o Parque da Guarita ainda não possui acessibilidade de maneira que atenda este público em seu amplo espectro, mas que vem mudando este paradigma aos poucos, com adaptações de rampas na lanchonete, estacionamento para idosos e pessoas com deficiência, revitalização na entrada, embora não seja suficiente ainda para tornar o espaço acessível tanto para moradores quanto para turistas.

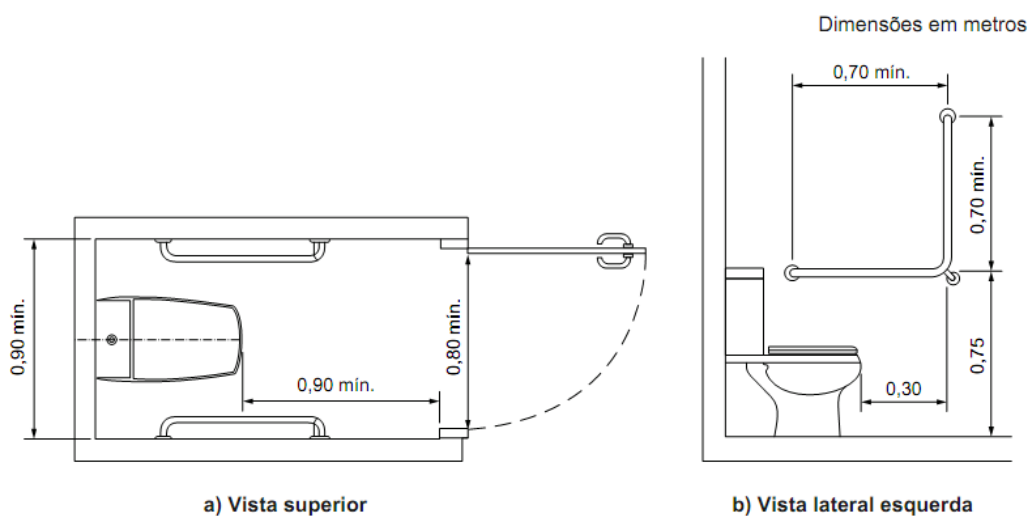
A primeira sugestão é na capacitação de pessoas que atendem diretamente ou indiretamente como: recepcionistas e atendentes da lanchonete. O treinamento adequado gera resultados satisfatórios, pois saber passar informações e ajudar a pessoa com deficiência é o mínimo esperado para inclusão de todos e pode ser um atenuante das dificuldades encontradas, como mencionado pelo turista com baixa visão, além de panfletos e cardápios em Braille. Para Sasaki (2010, p. 102) os locais devem oferecer acessibilidade comunicacional “adequando às sinalizações locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratando intérpretes da língua de sinais junto aos guias de turismo e aos recepcionistas nos locais de maior atração turística”, além de contratar é necessário qualificar e assim, eliminar a barreira atitudinal, “educando a sociedade e um todo [...] mais ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência [...]” (SASSAKI, 2010 p. 102).

A entrada e a calçada na rua Caxias do Sul, no bairro Praia da Cal, devem ser adaptadas para que as pessoas possam transitar com segurança e autonomia. Ainda em relação à entrada sugere-se a diminuição da altura do guichê de vendas, para no máximo 0,90 metros, para dessa forma atender a norma da ABNT 9050:2015 e como abordado anteriormente para haver um contato mais direto com moradores e turistas para informações e ajuda quando necessário.

O uso de mapa tátil na entrada do parque e perto dos atrativos seria de grande relevância para auxiliar no percurso, assim como maquetes em relevo dos atrativos e descrições em Braille para que as pessoas com deficiência visual se sintam incluídas no ambiente. Outra sugestão para atender melhor o turista e moradores seriam placas explicativas da formação dos atrativos naturais e evolução da terra, além de animais que possam ser encontrados no ambiente, fato que proporcionará o espaço mais educativo e informativo para todas as pessoas que visitarem o local.

Referindo-se aos banheiros de uso coletivo (figura 22), conforme norma ABNT 9050 (2015, p. 103) recomenda-se “pelo menos um boxe com barras de apoio em forma de ‘L’, de 0,70 m, ou duas barras retas de 0,70 m no mínimo e com o mesmo posicionamento, para uso de pessoas com redução de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora [...]”, possam utilizar o espaço com segurança e autonomia, além de melhora do percurso até os mesmos.

Figura 22 - Banheiro Coletivo

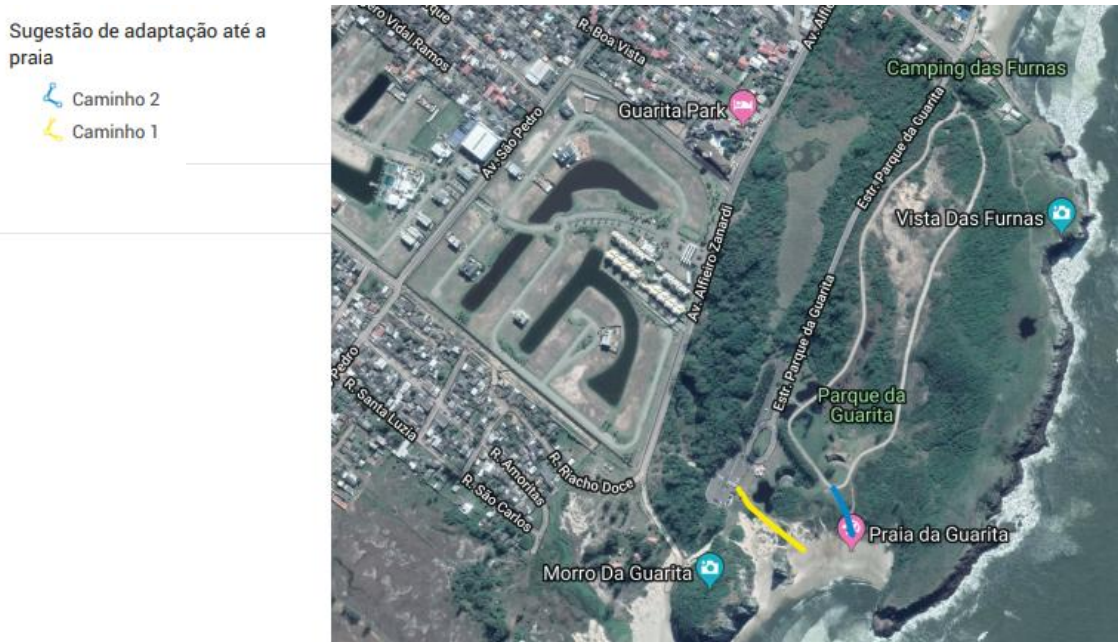


Fonte: ABNT (9050:2015, p. 103)

Ainda ligado à segurança e autonomia das pessoas no local, deveria haver rampas de acesso e piso tátil direcional na ponte, na pista de caminhada, no espaço de eventos e na lanchonete para que todos possam utilizar o espaço, além de placas direcionais.

Outra sugestão de grande relevância seria a implantação de uma ponte de madeira até a praia, para que as pessoas que utilizam cadeira de rodas, carrinhos de bebê e bengalas, possam usufruir do espaço com autonomia. Sugere-se dois locais com possibilidade de implantação (figura 23). O caminho 1 é o maior, este localiza-se perto do banheiro e da lanchonete, já o caminho 2 poderia ser implantado da ciclovia até a praia. Assim, também propõe se adequar o salão utilizado para eventos, como também a implantação de um museu, principalmente para pessoas com deficiência visual para tocarem nos objetos.

Figura 23 - Mapa com sugestão dos caminhos até a praia



Fonte: A autora, 2018.

A última sugestão seria a manutenção da trilha, principalmente nas escadas com implantação de corrimãos nos locais inexistentes, além de placas direcionais e explicativas do atrativo. Uma alternativa para a pessoa com deficiência motora conhecer a trilha da encosta seria a adaptação de um carro que levasse até o início da trilha pela rampa existente com data e horário determinado, porém devem-se fazer estudos sobre o impacto que ocasionaria ao meio ambiente e se não infringiria nenhuma lei que rege o Parque.

Acima de tudo, as sugestões visam eliminar as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e metodológicas, para que todos possam usufruir do espaço com autonomia e segurança, mas para que tenha o turismo acessível de qualidade “dependerá da mobilização e de investimentos concretos por parte dos atores atuantes no turismo [...] cabendo aos gestores públicos locais a responsabilidade de articular e estimular essas ações” (BRASIL, 2009 p.13), assim adaptando espaços para acessibilidade e ocasionado integração da sociedade. Cabe salientar que essas sugestões são de grande importância para o fortalecimento da candidatura do projeto GCCS, pois a acessibilidade em um geossítio, torna-o universal para todos os cidadãos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de todas as pessoas é direito de todos na sociedade, principalmente quando relacionado ao Turismo. Nessa direção, o trabalho objetivou averiguar o Parque Estadual da Guarita em Torres Rio Grande do Sul, na questão de acessibilidade na infraestrutura e no atendimento prestado.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, observaram-se dificuldades de encontrar livros sobre o tema acessibilidade e turismo acessível, porém o Brasil tem várias leis e decretos que visam à inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como a norma da ABNT 9050:2015. Os objetivos foram alcançados uma vez que se propôs um *checklist* de observação do local e questionamentos com funcionários e administração do parque, além de entrevistas com pessoas com deficiência e mobilidade reduzida para conhecer melhor os obstáculos vividos por estes, bem como propor sugestões de melhorias para eliminar as barreiras ainda existentes como: a arquitetônica, atitudinal e comunicacional.

No decorrer da pesquisa, com base nas observações e percepções dos entrevistados, constatou-se que o Parque Estadual da Guarita possui algumas adaptações, porém não suprem a necessidade em relação à acessibilidade no seu amplo espectro. Assim considera-se que o local necessita de um planejamento mais eficaz na questão de acessibilidade, para assim gerar inclusão, igualdade e lazer para todos os cidadãos.

Destaca-se, ainda, a importância desta pesquisa, e de novos estudos e ações na inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em atrativos e equipamentos turísticos na busca de universalizar a experiência e na eliminação de barreiras existentes nos ambientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wolney Gomes; KUSHANO, Elizabete Sayuri. Inclusão social, cidadania e Turismo: uma investigação sobre a existência de serviços adaptados às pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V. 2, n. 4, p. 88-101, dez. 2008. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/119>>. Acesso em: 21 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2015**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: Abnt, 2015. 148 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas - SP - Papirus, 2001 Ed. 11^a.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan. **Raízes de Torres**. Porto Alegre: EST, 1996.

BASSA, Luana G. Parque Estadual José Lutzenberger: Um museu a céu aberto. **4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural**, Patrimônio e Projeto – Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/316.pdf> > Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. CIDADES. **Localização de Torres**. 2016. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-torres.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. **Decreto que estabelece normas gerais de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida**, nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE CENSO 2010. **Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Constituição (2015). Lei Brasileira de Inclusão nº 13146, de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Cartilha Programa Turismo acessível**. Brasília: Ministério do Turismo - 2014, 44p. Disponível em: <<http://turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/CartilhaPrograma.pdf>> Acesso em: 22 set. 2018.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. (Org.). **Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022: mais emprego e mais renda para o Brasil**. Brasília: Brasil, 2018. 162 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Turismo Acessível: introdução a uma viagem inclusiva**. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo Acessível: bem atender no turismo de aventura adaptada**. Volume IV. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo Acessível: mapeamento e planejamento acessibilidade em destinos turísticos**. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

CARVALHO, Stella Maria Sousa. Acessibilidade do Turismo no Parque Nacional Serra do Capivari – PI. **Turismo em Análise**. Vol. 23 nº2, agosto 2012. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/acessibilidade-do-turismo-no-parque-nacional-serra-da-capivara--pi.pdf>> Acesso em: 02 de Nov. 2018.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL. Estatuto nº 777, de 18 de abril de 2017. **Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul**. Praia Grande, SC/RS.

DE LA TORRE. **O ÉI turismo fenômeno social**. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 2007, 9ª Ed.

DEVILE, Eugenia Lima. O desenvolvimento do Turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, nº 11 p. 39-46, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10246>>. Acesso em: 29 set. 2018.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos**. 2ª Ed. - São Paulo: Phorte, 2008.

FALCÃO, Miriam. A dinâmica espacial da cidade de Torres/RS, entre 1970 e 1998. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 26: 158-172, jul. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39643/26528>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GEDEON, Leonardo. **O passado em ruínas: Turismo e Patrimônio Arqueológico em Torres/RS: Do Autor**, 2014.

GODOY, Michel Marques; BINOTTO, Raquel Barros; WILDNER, Wilson. Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (RS, SC): proposta. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Serviço Geológico do Brasil (CPRM)**, 2011. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17168/canionsdosul.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, Turismo e Inclusão Social: Intervenção com Idosos**. Minas Gerais: UFMG, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2007, 3ª Ed.

LIMA, Flavia Fernanda; VARGAS, Jean Carlos Estratégia de Geoconservação do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul Território Catarinense – Relatório e avaliação de Geossítios por meio do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, **Relatório técnico da Geodiversidade Soluções Geológicas Ltda**. Curitiba, 2018, Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/index.php/turismo/geoparque>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2012, 7ª Ed.

OLIVEIRA, David Neves de; SOUZA, Janaína Nascimento Simões de; CORTINES, Erika; MIRANDA, Bárbara Dias; GOMES, Olga V. de Oliveira. Acessibilidade a ambientes naturais para pessoas com deficiência. **IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. Salvador/Bahia 25 a 28/11/2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VII-066.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES. **Plano de ação para revitalização do parque da Guarita, 2009-2012**. Torres, 2010.

RACHWAL, Marcos Fernando Gluck; CARVALHO Paulo Ernani Ramalho; WITHERS, Luiz Henrique de Oliveira. Educação Ambiental na Trilha Ecológica da Embrapa Florestas. **Embrapa Florestas**. Colombo, Paraná, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/15428149.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, de 18 de janeiro de 2013. **Áreas Não Integrantes do Seuc**. Rio Grande do Sul, RS, Disponível em: <http://ww1.sema.rs.gov.br/upload/SEUC_%C3%A1reas%20n%C3%A3o%20integrantes_18012013.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Constituição (2003). Lei nº 11.884, de 02 de janeiro de 2003. **Denomina de Parque Estadual José Lutzemberger O Atual Parque Estadual da Guarita**. Porto Alegre, RS, 03 jan. 2003. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.884.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Decreto nº 30.377, de 14 de outubro de 1981. **Cria área de Interesse Turístico no Município de Torres**. Porto Alegre, RS, 14 out. 1981.

ROSA, Sueli Marques. A justiça divina e o mito da deficiência física. **Estudos, Goiânia**, v.34, n. ½, p. 9-19, Jan/Fev. 2007.

RUSCHEL, Ruy Rubens. **Torres Origens**. Porto Alegre, Gazeta, 1995.

_____. **Torres tem história**. Porto Alegre - EST, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? Matéria publicada no livreto de Romeu Sasaki: **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. Disponível em: <<http://www.saberes.com.br/congressoSalto/oficinas/of-3-e-9-/Terminologia-de-deficiencia-Romeu-sasaki.pdf>>. Acesso em 12 set. 2018.

_____. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010, 8ªEd.

SERPA, Ana Beatriz Borges. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo**: A experiência da cidade de Socorro – SP. Universidade de Brasília Centro de Excelência em Turismo Mestrado Profissional em Turismo Dissertação, Brasília, 2009. Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19088>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SILVA, Maria Carolina Nascimento. **Acessibilidade para deficientes visuais**: um estudo em atrativos turísticos de Natal/RN. 2015. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4868>>. Acesso em: 19 out. 2018.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. São Paulo: SENAC, 2009, 8ª Ed.

TORRES (Município). Constituição (2016). Lei Complementar nº 68, de 03 de fevereiro de 2016. **Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Torres e Dá Outras Providências**. TORRES, RS. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/torres/lei-complementar/2016/7/68/lei-complementar-n-68-2016-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-e-carreira-dos-servidores-da-camara-municipal-de-torres-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Constituição (2013). Lei nº 4597, de 06 de dezembro de 2013. **Estrutura Organizacional, O Funcionamento e A Gestão dos Serviços Municipais**. Torres, RS. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/torres/lei-ordinaria/2013/460/4597/lei-ordinaria-n-4597-2013-dispoe-sobre-a-estrutura>>

organizacional-o-funcionamento-e-a-gestao-dos-servicos-municipais-e-da-outras-providencias?q=4597>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNESCO. Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network (GGN). França, 2014. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_geoparcs_2010guidelines.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com uma pessoa de cada Deficiência ou mobilidade reduzida

1) Sexo do entrevistado:

2) Qual a sua idade (faixa etária):

3) Tipo de Deficiência ou mobilidade reduzida:

4) Qual foi sua experiência dentro do Parque Estadual da Guarita em relação a acessibilidade?

5) Você já teve alguma dificuldade de locomoção na (entrada, banheiro, lanchonete, acesso a praia ou trilhas ?

6) Na sua opinião o que deveria ter para auxiliar ou melhorar a infraestrutura de acessibilidade do Parque da Guarita?

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE INSPEÇÃO – MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE
DADOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO/ ESTABELECIMENTO

Dados do estabelecimento pesquisado		
Nome do estabelecimento:		Sigla:
<input type="checkbox"/> Empresa <input type="checkbox"/> Órgão Público <input type="checkbox"/> OS/ONG/OSCIP <input type="checkbox"/> Outro:		
Setor: <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Serviço Público <input type="checkbox"/> Serviço Assistencial <input type="checkbox"/> Outro:		
Localização: <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Urbana Coordenadas Geográficas:		
Endereço:		CEP:
Nome do Respondente:		Cargo:
Telefone 1:	Telefone 2:	Fax:
E-mail:		
Outro contato da instituição (nome e cargo):		

Dados das Instalações/Edificação	
Área (em m²):	Pavimentos:
Habite-se: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Registro/Alvará de Funcionamento: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Estabelecimento tombado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal

<i>Checklist</i> de Verificação do estabelecimento	Sim	Não
Empresa/organização possui atendimento direto ao consumidor?		
Empresa/organização presta atendimento regularmente a turistas?		
Empresa/organização possui produto ou serviço de interesse ao turista?		
Empresa/organização possui tem serviços com foco no mercado voltados para o consumidor de deficiência?		
Empresa/organização possui pessoal treinado em assuntos de acessibilidade?		
Caso negativo, empresa/ organização tem interesse em qualificar seu pessoal para o bem atender acessível?		
Empresa/organização já possui instalações que atendem a algum requisito de acessibilidade implantada ou em implantação?		
Caso negativo, empresa/organização tem interesse em adaptar suas instalações para a acessibilidade?		
Descrição do serviço Prestado pela Organização		
<p>Detalhe, tanto quanto possível, as características básicas de edificação e do serviço prestado, especialmente os locais de acesso e circulação de pessoas. Descreva os serviços e produtos de interesse turístico.</p>		

OBS:

ROTEIRO DE INSPEÇÃO VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

- a. Bom
- b. Regular
- c. Ruim
- d. Péssimo

Especificação do tipo piso externo (calçadas)

- a. Antiderrapante e antitrepidante
- b. Antiderrapante e trepidante
- c. Derrapante e antitrepidante
- d. Derrapante e trepidante

Guias Rebaixadas

- a. Adequada
- b. Inadequada
- c. Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d. Adaptáveis

Rampas acessíveis

- a. Adequada
- b. Inadequada
- c. Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d. Adaptáveis

Sinalização Tátil de alerta em Interferência

- a. Existente total
- b. Inexistente total
- c. Existente parcial
- d. Não existente interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação da circulação

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Quanto às circulações internas principais

- a. Possuem largura superior a 1,20 m
- b. Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c. Possuem largura entre 0,80 e 1m
- d. Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a. Superior ao mínimo possível
- b. Atende recomendação legal
- c. Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a. Rota acessível em todos os pavimentos
- b. Rota acessível em apenas um pavimento
- c. Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a. Dentro da faixa de alcance

- b. Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c. Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a. Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b. Existentes porém em local inadequado
- c. Existentes local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d. Inexistente

Largura da porta

- a. Igual ou superior a 1m
- b. Entre 90 cm e 99 cm
- c. Entre 80 cm e 89 cm
- d. Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a. Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b. Maçaneta horizontal e material resistente
- c. Barra horizontal e maçaneta horizontal
- d. Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANÇA

A edificação permite autonomia e segurança

- a. Em todos os equipamentos e atividade
- b. Apenas em parte das atividades

- c. Na maioria dos equipamentos e atividade
- d. Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a. Em todos os locais necessários
- b. Apenas em parte dos locais necessários
- c. Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a. Em todos os locais necessários
- b. Apenas em parte dos locais necessários
- c. Em nenhum local necessário

SINALIZAÇÃO EM BRAILLE

Sinalização em batentes

- a. Em todas as portas existentes
- b. Apenas em parte das portas existentes
- c. Em nenhuma das portas existentes

Sinalização em corrimão e circulações

- a. Em todos os locais indicados
- b. Apenas nos locais indicados
- c. Em nenhum dos locais indicados

Em mapas táteis

- a. Em superfície inclinadas
- b. Na parede
- c. Em nenhum dos locais indicados

Em cardápios

- a. Somente o Braille

- b. Na versão tinta Braille
- c. Não existente

SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Quanto ao SIA de Equipamentos acessíveis

- a. Existe em todos os elementos acessíveis
- b. Existe na maioria dos elementos acessíveis
- c. Não existente SIA

RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS

Em qualquer tipo de desnível existente

- a. Todos desníveis tratados adequadamente
- b. Adaptados e utilizados, mas fora da norma
- c. Maioria dos desníveis tratados adequadamente
- d. Parte dos desníveis tratados adequadamente
- e. Não existe tratamentos ou adaptações

RECEPÇÕES

Sobre atendimento às pessoas

- a. Atende Pessoa em Cadeira de Rodas, Pessoa com Mobilidade Reduzida e Pessoa Obesa
- b. Atende Pessoa em Cadeira de Rodas, Pessoa com Mobilidade Reduzida
- c. Atende Pessoa com Mobilidade Reduzida, Pessoa Obesa

- d. Atende Pessoa com Cadeira de Rodas e Pessoa Obesa
- e. Atende apenas Pessoa com Mobilidade Reduzida
- f. Não atende Pessoa em Cadeira de Rodas, Pessoa com Mobilidade Reduzida e Pessoa Obesa

Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a. Atende através de linguagem de sinais
- b. Não atende

ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE/ DESEMBARQUE

Sobre a existência do serviço

- a. Local adequado para embarque e desembarque
- b. Local adequado para estacionamento
- c. Local inadequado para embarque e desembarque
- d. Local inadequado para estacionamento
- e. Não existe local adequado para embarque e desembarque

Sobre a distância do acesso a edificação

- a. Distância confortável do acesso principal
- b. Distância confortável do acesso secundário
- c. Não existe serviço na edificação
- d. Distância incômoda para qualquer acesso

Referente ao Estacionamento

- a. Possuem sinalização vertical
- b. Possuem sinalização horizontal
- c. Nenhuma sinalização

**COMUNICAÇÃO SONORA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Comunicação sonora

- a. Está associada à sinalização visual em rotas de fuga
- b. Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência
- c. Não existe

ANEXO B – PANFLETO DO PARQUE ESTADUAL DA GUARITA ENTREGUE A VISITANTES E TURISTAS (FRENTE)

= 18 HECTARES DE HISTÓRIA
 = TRILHAS
 = GEODIVERSIDADE

= BIODIVERSIDADE
 = AVENTURA
 = LAZER

PARQUE ESTADUAL DA GUARITA
 JOSÉ LUTZENBERGER

 MANTENHA O PARQUE LIMPO	 PROIBIDO SOM AUTOMOTIVO
 PERMITIDO SOMENTE ANIMAIS COM GUIA	 NÃO ESCREVA NO ARENITO OU NO BASALTO, MATERIAL QUE COMPÕE AS TORRES
 RESPEITE AS ÁREAS COM RISCO DE QUEDA	 NÃO É PERMITIDO PESCA COM REDE NA PRAIA E OU PARTÕES
 LEVE APENAS IMAGENS E BOAS LEMBRANÇAS	 PROIBIDO ACAMPAR
 ESPORTES RADICAIS SOMENTE COM AUTORIZAÇÃO	 PROIBIDO FOGUEIRAS E FOGO PARA CHURRASCO
 RESPEITE A FAUNA E A FLORA	 NÃO LEVE ANIMAIS PARA A AREIA

WWW.TORRES.RS.GOV.BR | 3626.9150 - RAMAL T04

